

**ATA N.º 0004/XIII/2022**

**Sessão Ordinária de 30/06/2022**

**2ª Reunião – 05/07/2022**

Aos cinco dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte e dois, a fim de continuar a deliberação da seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Período de Intervenção do Público;**

**2 – Período Antes da Ordem do Dia:**

- 2.1 - Audição ao Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da AML e ao Conselho de Administração da TML sobre a implementação da Carris Metropolitana;
- 2.2 - Outros assuntos de interesse relevantes;

**3 – Período da Ordem do Dia:**

- 3.1 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato apresentado por Rui Miguel Soares Proença (n.ºs 1 e 2 do art. 8º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
- 3.2 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Ana Isabel Pinto Pereira (n.ºs 1 e 2 do art. 7º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
- 3.3 - Ata nº03.1.21 – XIII Mandato – 1ª reunião da sessão ordinária de 29.12.2021;
- 3.4 - Ata nº03.2.21 – XIII Mandato – 2ª reunião da sessão ordinária de 29.12.2021;
- 3.5 - Ata nº01.22 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de 25.02.2022;
- 3.6 - Ata nº02.22 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária de 18.03.2022;
- 3.7 - Ata nº03.22 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de 29.04.2022;
- 3.8 - Comissão Municipal de Toponímia - alteração à distribuição da representação;
- 3.9 - Comissão Municipal de Toponímia - ratificação nominal de membro;
- 3.10 - Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia;
- 3.11 - Apreciação da Atividade Municipal.

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- João Daniel Baião de Brito Apolónia foi substituído por Susana Isabel Horta Martins
- Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, foi substituída pelo Secretário daquele Órgão, Pedro Manuel da Silva Aniceto
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pelo Secretário daquele Órgão, Miguel Carlos Póvoas Santos

**Verificação de ausências:**

- Após as verificações efetuadas verificou-se a ausência de Humberto Manuel Martins da Rosa.

**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, Daniel Vaz Figueiredo, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sra. Rosa Paula Marques**

Disse que tinha uma questão pertinente e preocupante para apresentar, que se esqueceu de colocar na sua última intervenção, e não ficou satisfeita com a não resposta do senhor Presidente relativamente a vários assuntos, mas espera vir a ter resposta que não teve aos vários assuntos em breve. A resposta da Vice-presidente Sara Silva foi uma resposta, sim, mas já tinha tido essa resposta há algum tempo e manteve-se, mas a questão que pretende colocar ao senhor Presidente da Câmara refere-se a um assunto que já abordou numa reunião pública, um assunto bastante preocupante, que são as bocas de incêndio no centro de inspeções da Moita, e a resposta do senhor Presidente foi que iria, no imediato, entrar em contato com alguém para que se fosse resolver essa situação. Não sabe se foi com a Proteção Civil ou se foi com os Bombeiros da Moita, mas até falaram por causa das bocas de incêndio na Fonte da Prata, e chegaram à conclusão que seria bom que fosse feita uma revisão das bocas de incêndio do concelho, precisamente para que as pessoas sintam segurança. Neste momento, ainda por cima, vêm aí as vagas de calor, pelo que gostava de saber se realmente foram rever as bocas de incêndio, principalmente a do centro de inspeções, porque nem sequer tinha água

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

**Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Antes de mais, quis agradecer a questão colocada e, relativamente à responsabilidade de verificação das bocas de incêndio, disse que, na altura, ainda não estava na posse de todas as informações sobre essa matéria, a que órgão competiria, de que organismo se tratava e, após consulta dos serviços, o que foi verificado é que compete aos Bombeiros, os quais foram alertados para essa situação, e espera que estejam a cumprir com aquela que é a sua missão, mas poderão tentar saber se esse trabalho está a ser efetuado, uma vez que, no âmbito do protocolo existente com a Câmara Municipal, é competência dos Bombeiros fazer essas verificações, pelo que agradeceu o facto de os ter alertado, novamente, para essa matéria e predisps-se, desde já, a perguntar se o trabalho estava todo a correr em conformidade.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Por não ter pedidos de intervenção, deu por concluído o período de intervenção do público.

**PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA**

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

A - Moção “Pela defesa dos CTT”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;

- B - Recomendação “Por PARQUES INFANTIS INCLUSIVOS”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;
- C - Moção “AVANÇAR – POR MAIS E MELHORES TRANSPORTES” apresentada pelo Grupo Municipal da CDU (apresentada, discutida e votada na primeira reunião da presente sessão);
- D - Moção “Saúde um direito de todos”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- E - “Saudação às Festas Multiculturais 2022”, apresentada pelo Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao GMBE para proceder à apresentação do documento A.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

##### **“MOÇÃO**

##### **PELA DEFESA DOS CTT**

Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013.

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma.

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional, os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros.

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos.

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas.

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuindo este ano mais um dividendo por Ação.

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos dos CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. Só na região Norte são necessários mais 200 profissionais, alertam os sindicatos.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal, reunida a 30 de junho de 2022, delibera:

- 1 - Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028;
- 2 - Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.

A presente moção a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Presidente da República
- Primeiro-Ministro
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia do concelho
- Assembleias de Freguesia do concelho
- Comunicação social local e nacional

Os representantes do Bloco de Esquerda”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

### **Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Disse que a bancada da CDU ia acompanhar esta moção, que é de toda a justiça, e gostariam apenas de salientar o facto de os CTT não respeitarem uma coisa que ficou no acordo, que é o serviço postal universal, e esta moção espelha isso mesmo. Um outro aspeto que para a CDU é fundamental no concelho, e alguns aqui nesta sala lembrar-se-ão, foi o fecho do posto dos CTT na Baixa da Banheira e a luta que os populares da Baixa da Banheira fizeram contra esse fecho.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS; dois votos contra, sendo um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente João Gaspar**

“A nossa declaração de voto é porque nós não votámos a favor e não acompanhámos pelo simples facto de, na primeira parte, a declaração ter uma ideologia, obviamente, contra o privado e o lucro do privado. Tudo o resto nós subscrevemos nesta proposta que foi aqui feita. Como essa parte é muito ideológica, obviamente que nós não poderíamos acompanhar. É esta a nossa justificação.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao GMBE para proceder à apresentação do documento B.

### **Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE**

“RECOMENDAÇÃO

Por PARQUES INFANTIS INCLUSIVO

**“A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades de recreio que deverão estar dirigidas para a educação. A sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover o exercício deste direito”** - Princípio 7º da “Declaração dos Direitos da Criança” proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1959.

Brincar é essencial ao desenvolvimento da criança, mas é um direito que ainda não foi concretizado em muitos territórios. É também pelo brincar que uma criança se exprime, aprende, interage com outras e constrói a sua forma de ser e estar.

Um parque infantil deve ser um lugar inclusivo, onde as crianças se divirtam juntas, aprendendo e respeitando as suas diferenças. Tal como aponta o artº 7º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que vigora em Portugal desde 2009: **“os Estados tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais crianças”**.

Mas a insuficiência de parques infantis adaptados a crianças com deficiência, dificulta as suas experiências, a exploração de cores, movimentos, sons e relevos. É assim imperioso que os parques

infantis do concelho possuam equipamentos lúdicos e materiais específicos que promovam o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças com deficiência.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita na sua reunião de 30 de junho de 2022, DELIBERA:

- **Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal que no próximo orçamento autárquico programe a construção de parques infantis inclusivos, em que às crianças com deficiência seja também assegurada a sua plena utilização.**

Os representantes do Bloco de Esquerda”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

#### **Secretário da Junta de Freguesia da Moita, Miguel Póvoas Santos**

Disse que apenas queria deixar uma sugestão no sentido de, na parte deliberativa, não ser apenas a construção, mas também a readaptação. E fala da sua freguesia porque no Palheirão foi feito um parque infantil um bocadinho “em cima do joelho” e, se calhar, isso não foi tido em conta, daí não se tratar apenas da falta, mas também da readaptação dos já existentes.

#### **Deputado Miguel Canudo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que na CDU iam acompanhar e estavam de acordo com a recomendação, até porque no anterior mandato já estavam a fazer este tipo de trabalho, e um dos parques infantis que adaptaram foi o parque infantil no parque da Moita, portanto, estão de acordo com a recomendação e esperam que tenham em conta esta recomendação em futuros orçamentos.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **recomendação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao GMCDU para proceder à apresentação do documento D.

#### **Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

##### **“MOÇÃO**

Saúde um direito de todos

Considerando que todos os cidadãos têm direito à proteção da saúde, sendo este um direito constitucionalmente consagrado;

Considerando que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) é a persecução por parte do Estado, da responsabilidade que lhe cabe na proteção da saúde individual e coletiva e que para tal deverá estar munido de cuidados integrados de saúde, nomeadamente a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social;

Considerando que os cuidados de saúde primários á população devem proporcionar o primeiro nível de contacto do indivíduo, da família e da comunidade, permitindo a aproximação da assistência de saúde o mais perto possível dos locais onde a população vive e trabalha devendo constituir o primeiro elemento de um processo permanente de assistência de saúde;

A Assembleia de Municipal da Moita, reunida em 30 de junho de 2022, exige:

- 1- Que o Estado assuma o seu papel de financiador, de prestador e regulador e não o de um Estado que se demite por via da transferência de atribuições, competências e recursos para terceiros, designadamente para os grandes grupos privados;
- 2- A eliminação do modelo de nomeação para os órgãos de gestão e direção dos estabelecimentos e serviços do SNS;
- 3- A retoma da gestão assente na eleição pelos pares do diretor clínico, de enfermagem e dos representantes dos outros trabalhadores e profissionais de saúde;
- 4- A extinção das unidades de saúde que funcionam em regime de Parcerias Público Privadas e de Entidades Públicas Empresariais;
- 5- A criação de condições de trabalho dignas, integração de todos os profissionais nas carreiras e remunerações adequadas de forma a incentivar e valorizar o regime de trabalho a tempo completo e a dedicação exclusiva ao SNS, para que no concelho da Moita não continuem a existir concidadãos sem médico de família, sem acesso a cuidados médicos domiciliários por falta de transporte, centros de saúde sem condições, ou com atrasos da sua construção;
- 6- Um SNS universal, geral e gratuito.

Moita, 30/06/2022

Os Eleitos da Bancada da CDU

Enviar à Exma. Senhora Ministra da Saúde, Comissões de Utentes, Moita, Alhos Vedros e Baixa da Banheira, à gestão dos centros de saúde do Concelho da Moita, aos Grupos Parlamentares e Órgãos de Comunicação Social.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **reprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE; dezoito votos contra, sendo catorze do PS, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao GMPS para proceder à apresentação do documento E.

#### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

“Saudação às Festas Multiculturais 2022

Terminaram, no passado dia 26, as Festas Multiculturais do Vale da Amoreira, regressando assim, após o início da pandemia, com tremendo sucesso.

A edição deste ano contou com grandes novidades que se revelaram de extrema importância para o sucesso das Festas, a começar desde logo com a mudança da localização do recinto, que acreditamos ter providenciado as condições necessárias para garantir a segurança ao longo das festividades, que não tiveram qualquer ocorrência.

Pela primeira vez na história recente, foi possível garantir a tranquilidade necessária para as nossas famílias, e de quem nos visitou, se sentirem seguras em visitar as Festas e passarem um serão diferente, com ritmos muitas vezes discriminados na generalidade das festas populares em Portugal.

Por outro lado, as Festas Multiculturais contaram também com um esforço inédito de incentivo à participação infanto-juvenil, contando com atividades lúdicas que promoveram, não só diversão, mas também a atividade física no combate ao sedentarismo, assim como uma aposta no mundo digital.

Acrescentando a esta dinâmica, o notável investimento prestado pela União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e pela Câmara Municipal da Moita, veio providenciar as condições ideais para que a Associação de Festas articulasse a mistura perfeita entre artistas locais e artistas de renome junto

das várias culturas presentes na nossa comunidade, tornando estas Festas verdadeiramente Multiculturais.

Com estimativas a rondar cerca de 10 mil visitantes ao longo dos 4 dias de festividades, assim como o inquestionável aumento do número de comerciantes presentes no local, é inegável que estas Festas foram um tremendo sucesso e deixam grandes expectativas para as Festas da Baixa da Banheira, que certamente irão seguir o exemplo.

Mas este sucesso deve-se também aos trabalhadores da autarquia do Vale da Amoreira e da Baixa da Banheira, porque sem eles não era possível.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida no dia 30 de Junho de 2022, em sessão ordinária, delibera:

- 1- Saudar o Cortejo Triunfal - Associação de Festas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, pela organização exímia das Festas Multiculturais de 2022, que muito prestigiarão a nossa terra;
- 2- Saudar as forças de segurança presentes no recinto das Festas Multiculturais, por assegurarem segurança total ao longo das festividades, prestando assim grande serviço público às nossas gentes;
- 3- Saudar a população do Vale da Amoreira, pela compreensão e cooperação face aos normais constrangimentos associados às festividades;
- 4- Saudar os visitantes das Festas Multiculturais 2022, por tornarem este evento um tremendo sucesso - que muito dignifica a nossa terra.

Mais se propõe a aprovação da presente Saudação em minuta para imediata produção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social, regionais e locais, bem como a publicação nos instrumentos municipais disponíveis online.

Moia, 30 de junho de 2022

Os eleitos do Partido Socialista”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Começou por referir que o texto que foi distribuído aos membros da Assembleia e não aos deputados, aos membros da Assembleia, não é igual ao texto que foi lido aqui, portanto, faltam partes do texto. Tendo em conta aquilo que lhes foi possível apurar, pela leitura do que lhes foi facultado e pelo que ouviram, têm algumas notas a dizer, e a primeira é que é dada a ideia de que as festas no Vale Amoreira não tinham o carácter multicultural que sempre tiveram. Lembra-se de, nos anos 80, começar a existir a semana africana no Vale Amoreira, onde sempre existiu uma grande componente das várias culturas africanas que existem no Vale da Amoreira, portanto, a questão da multiculturalidade não é uma questão nova, aliás, basta verem que este nome se mantém há uma série de anos e que as atividades que foram desenvolvidas nas Festas Multiculturais do Vale da Amoreira ao longo de muitos anos o comprovam.

A segunda nota que gostariam de deixar aqui bem vincada é que não se pode ficar a pensar que a questão da segurança está apenas relacionada com o local onde as festas são feitas, porque o local em que elas são feitas terá algumas vantagens, terá desvantagens, e quem agora está à frente dos destinos da junta de freguesia e da Câmara Municipal achou que deveria mudar, é a sua opção e fá-lo com todo o direito, mas não podem confundir a segurança das festas apenas com o local, uma vez que, durante muitos anos, a segurança das Festas Multiculturais do Vale da Amoreira foi assegurada com intervenções no local, com policiamento, com muito trabalho realizado com as associações que existem naquela freguesia, e continua a dizer “naquela freguesia” porque para si o Vale da Amoreira continua a ser uma freguesia independente da freguesia da Baixa da Banheira. Infelizmente, legalmente, hoje não tem essa realidade, mas querem que ela seja rapidamente reposta.

Portanto, há aqui um conjunto de afirmações que dão a entender que no Vale da Amoreira nunca se fizeram festas com estas características, o que manifestamente, não vai dizer falso, mas será desconhecimento, porque as primeiras festas que se lembra, a tal semana africana, eram realizadas na escola secundária da Baixa da Banheira, portanto, a juventude esteve sempre muito presente, existiam

trabalhos das várias comunidades do Vale Amoreira, portanto. Naturalmente, gostam muito que as festas sejam um sucesso, porque qualquer uma delas no concelho, e são várias, são momentos de encontro e de convívio que fazem muita falta à nossa população, ainda mais depois deste período que passaram, mas não devem tentar apagar o passado, porque ele não se apaga.

### **Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias**

Em resposta ao senhor membro da Assembleia Municipal João Figueiredo, disse que, com esta moção, o PS não quer apagar a história, simplesmente querem saudar umas festas que decorreram com a máxima tranquilidade, porque muitas vezes as pessoas acham que o Vale da Amoreira é um território perigoso e têm muito estigma, daí que, com esta moção, o que querem é saudar precisamente o facto das festas terem decorrido com total normalidade, com total sinergia entre todas as culturas e com total segurança para as populações. Aliás, a questão que estão aqui a falar da segurança não foi uma afirmação posta aqui só porque sim, as próprias forças de segurança disseram que as festas decorreram com total normalidade e que não houve, ao contrário de outros anos, qualquer incidente, portanto, quando dizem “qualquer incidente” falam de qualquer incidente, nem que seja o roubo do microfone ou alguém que faça uma disputa por uma coisa insignificante, portanto, estas festas decorreram com total normalidade. E, a alteração do local não foi uma invenção da junta de freguesia nem da Câmara Municipal, foi algo que foi estudado junto dos serviços da Câmara Municipal e junto das forças de segurança, tendo estas últimas considerado que aquele local era excelente para desempenharem a sua função, porque o local onde antigamente se realizavam as Festas Multiculturais era um local que não dava tanta visibilidade à festa, na sua plenitude, era um local que a “estrangulava” porque era muito, muito pequenino e no meio dos prédios. Não quer dizer que era um local errado, foi o local onde começaram as festas e, obviamente, que há sempre progresso.

Por exemplo, na Baixa da Banheira, no início, as festas eram à volta da igreja, atualmente, são na avenida Capitães de Abril, portanto, tem que haver sempre um progresso das festas e quando pensaram em mudar o local era, precisamente, para dar uma sensação de segurança às pessoas e mesmo às forças policiais, porque eles próprios disseram que o parque de estacionamento do Centro de Experimentação Artística foi um sítio excelente, porque conseguiram-se posicionar de forma a ter a máxima visibilidade para toda a festa. Não estão aqui a dizer que o local antigo era pior ou melhor, estão a dizer que, efetivamente, este local trouxe mais sensação de segurança e mais visibilidade a todas as pessoas que, por estarem num sítio mais amplo, um sítio onde as pessoas puderam circular livremente, também fez com que se pudessem deslocar de uma forma muito mais livre para as festas.

Sobre a questão da multiculturalidade, como os presentes devem saber, disse que não existe somente cultura africana no Vale da Amoreira, e o que se tentou fazer nestas festas multiculturais foi trazer também outro tipo de culturas. Contaram também com artistas de etnia cigana para animarem as festas, para além de todos aqueles artistas de temas populares africanos, guineenses, cabo-verdianos, angolanos, porque acham que o Vale da Amoreira não tem só uma cultura africana, mas também mais tipos de cultura. Portanto, quando falam em verdadeiramente multicultural, é porque tentaram ter também uma abrangência maior das culturas que existem no Vale da Amoreira, e com isto não quer dizer que antigamente não havia multicultural. Aliás, a própria, na junta de freguesia do Vale da Amoreira, encontrou um mural, e isto é algo que ainda tem que ir à procura, em que houve um ano que eram as festas interculturais do Vale da Amoreira, nem sequer eram multiculturais, portanto, nesta questão do nome, existem registos na junta de freguesia do Vale da Amoreira, existem murais de festas interculturais. Obviamente, esta questão da interação entre culturas e das multiculturas está sempre muito presente no Vale da Amoreira, mas o que a associação de festas também quis foi realçar e dar ainda maior importância a esta interação entre culturas e fazer uma maior abrangência, para além da cultura africana.

Relativamente àquilo que foi dito sobre ter sido lida uma moção diferente daquela que tinha sido distribuída, e se tivessem com atenção, verificavam que a única coisa que foi adicionada, e que falou aqui com o seu camarada Daniel Justo, foi porque, na altura, quando fizeram a moção, imprimiram uma versão onde faltava a questão dos trabalhadores, quer das autarquias da junta, quer da Câmara Municipal, que foram inexcedíveis, e daí também considerar que falta a alínea para saudar os trabalhadores, sobretudo para dar aqui uma grande saudação aos trabalhadores da Câmara, apesar de achar que já não a podiam ouvir durante aqueles dias, porque sempre que ligava para os serviços estiveram disponíveis para tentar arranjar soluções e porque, efetivamente, a festa também não se fez só com o trabalho da associação de festas, razão para também realçar todo o trabalho dos serviços da Câmara Municipal e dos seus trabalhadores que foram espetaculares.



Assim, sugeriu adicionar um ponto cinco para saudar os trabalhadores das autarquias, quer da União de Freguesias, quer da Câmara Municipal, pelo seu trabalho inextinguível durante as festas, não só nestas, obviamente, em todas as festas do município, mas acha que têm que fazer também uma menção aos seus trabalhadores.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que a senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira veio confirmar, exatamente, aquilo que disse sobre as festas serem multiculturais, e não é de agora, bem como que faltava uma parte do texto.

Em relação ao local, disse que ainda bem que também reconhecia que o local que existia antigamente não era errado, era naquele local porque existiam razões históricas para que assim fosse, e é natural que a mudança faça sentido, pelo que não se opuseram à mudança de local. Se acharam que deviam mudar, reuniram com quem achava que deviam reunir e tomaram essa decisão, respeitaram, até porque, democraticamente, tem que ser assim.

Em relação a esta moção, disse que queriam propor uma alteração, para que no terceiro parágrafo fosse retirada a parte que diz “Pela primeira vez na história recente foi possível garantir (...)” e substituída por “Com a tranquilidade necessária para nossas famílias e de quem nos visitou, foi possível visitar as festas em segurança e passar um serão diferente.” E isto porque, realmente, existem problemas de segurança em muitas festas, e também acontecem no Vale da Amoreira. Por exemplo, nas festas da Moita, infelizmente, de vez em quando, também têm problemas e não deixam de ser umas festas extraordinárias com tudo aquilo que têm a cultura do concelho, portanto, esta questão de “pela primeira vez na história recente ter sido possível realizar as festas com tranquilidade” é, realmente, querer apagar o passado, tal como a questão da multiculturalidade, porque ela sempre existiu nas festas do Vale da Amoreira, com a evolução que se verificou ao longo de mais de quarenta anos.

Por último disse que também iam fazer a sugestão, que acabou de ser feita, de acrescentar um ponto para saudar os trabalhadores que trabalharam na construção desta festa.

#### **Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias**

Disse que compreendiam que esta frase pudesse, obviamente, dar alguma sensibilidade à CDU, e uma vez que querem que esta moção seja aprovada por todos, não se importam com as alterações que aqui foram sugeridas pelo senhor João Figueiredo, e também acha que é unânime adicionar o quinto ponto.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, perguntou aos deputados da Assembleia Municipal se pretendiam intervir neste período.

#### **Declaração Política do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado João Palma**

“O atual executivo da Câmara Municipal, tem assumido um claro compromisso com a melhoria das condições dos trabalhadores da autarquia, e tem desde o primeiro momento acompanhado o cumprimento do caderno reivindicativo entregue pela Comissão Sindical do STAL, mas foi mais além, tendo feito uma nova copa do edifício sede, promovido mais ações de formação, procedido a mobilidade intercarreiras para

a melhoria de vida dos nossos trabalhadores, aumentando o número de trabalhadores abrangidos pelo SPI, reforçando as condições de seguranças nas nossas instalações, entre outras medidas já adotadas.

A Comissão Sindical do STAL tem assumido, pelo contrário, desde o dia em que tomou posse o atual executivo da Câmara Municipal da Moita, uma atitude de confronto e desrespeito institucional.

A intervenção da dirigente nacional e membro da Comissão Sindical do STAL, a senhora Vanda Figueiredo, na reunião da Assembleia Municipal da passada quinta-feira, que se enquadra no posicionamento que esta comissão sindical tem assumido face ao executivo, foi ainda mais longe, ultrapassando os limites do admissível, num ato de notório desrespeito pelas instituições e pela lei, perturbando manifestamente o decorrer dos trabalhos e dirigindo-se de forma vexatória ao Presidente da Câmara, mas também ao Presidente da Assembleia Municipal.

Com efeito, dispõe o art.º 49.º, n.º 4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas”, sendo que disposição nos termos (art.º 29.º, n.º 2) consta igualmente do Regimento da Assembleia Municipal da Moita.

Estas atitudes, que pretendem humilhar o executivo democraticamente eleito, são uma manifestação de desrespeito pela escolha dos cidadãos eleitores e vem reforçar a posição que a Comissão Sindical do STAL tem assumido, demonstrando estar ao serviço de interesses que não os dos trabalhadores.

Particularmente grave, e merecedor de especial repúdio, esta postura é prejudicial para o próprio movimento sindical, que é essencial para a democracia e para uma evolução da sociedade no sentido de uma sociedade socialmente mais justa, em que os direitos dos trabalhadores são respeitados e o seu trabalho valorizado.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita condenam esta intervenção que desrespeita as instituições democráticas e o movimento sindical, reafirmam que as negociações devem ser feitas entre partes que querem melhorar a vida dos nossos trabalhadores, com boa fé, educação, respeito institucional, sem ataques, sem atitudes vexatórias, sem interesses ocultos, no claro cumprimento pelas leis em vigor e saúdam o trabalho que o executivo da Câmara Municipal tem desenvolvido e continuará a desenvolver, de melhoria das condições dos trabalhadores da autarquia.”

### **Declaração Política do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado Eduardo Teixeira**

“Passados 9 meses de gestão do PS na Câmara Municipal da Moita, o passivo nunca demonstrado deu origem a uma sucessão de gastos, quiçá supérfluos, que no seu conjunto comprovam que afinal o passivo não existia.

Na realidade, este executivo recebeu a autarquia com contas limpas, com obras na rua e com um saldo transitado superior a 6 milhões de euros.

Os 12000 euros gastos nos portões mandados arrancar em vésperas de uma greve, os mais de 100000 euros já contratados em prestações de serviços, ou os 30000 euros em festarolas, com direito a zona VIP com bar aberto, contrastam com a falta de limpeza que aqui foi relatada pelos munícipes, quando a falta de desbaratização tantas vezes aqui foi falada nesta Assembleia nos últimos anos, com os monos que não são recolhidos, com as ervas nos passeios que não foram cortadas e com os jardins que ficaram por tratar.

A gestão do PS na Câmara Municipal da Moita vive mesmo da propaganda.

Nestes 9 meses, em vez de tratar de contratar os trabalhadores em falta, e aqueles que nós, constantemente, vimos a alertar nos últimos anos, aqueles que faltam para tratar os jardins, para recolher o lixo, aqueles que, desde os packs do governo do PS, do senhor engenheiro Sócrates, passando pelo período da Troika, os municípios e a restante administração pública viram-se impedidos de contratar, como toda a gente sabe aqui.

O executivo PS preferiu perseguir e intimidar os trabalhadores, com provas dadas neste município, como assistimos aqui na passada quinta-feira.

Mais uma vez se comprovou nesta Assembleia Municipal que quando alguma coisa corre mal, e como nós aqui dissemos, a culpa é sempre dos trabalhadores.

As populações e os trabalhadores precisam de mais respostas e menos inverdades.

A CDU claramente repudia toda e qualquer tentativa de ameaça aos trabalhadores ou de impedimento do seu exercício da liberdade e atividade sindical.

Entretanto, o executivo, em vez de lançar os procedimentos concursais para contratar trabalhadores em falta, prepara-se para contratar mais serviços aos privados, e esta é a agenda que está em cima da mesa e é isso que nós estamos aqui também para contrariar.

É um filme já visto em muitas autarquias, não é uma coisa nova, nem é uma coisa recente, portanto, não é nada de novo, e demais serviços públicos que se sabem aumentar a despesa e não resolver os problemas a fundo.

Veja-se, por exemplo, o caso da saúde, que já aqui falamos e foi rejeitada a nossa moção, onde mais de 40% do orçamento do ministério da Saúde vai diretamente para privados, ao mesmo tempo que no Serviço Nacional de Saúde continua a faltar trabalhadores, equipamentos e infraestruturas.

Os trabalhadores e a população são bem-vindos a todas as assembleias municipais para colocar todas as suas questões e sempre que o entenderam, e em democracia, exigir que da parte do executivo existam respostas que não foram dadas.

Sabe a população e os trabalhadores que sempre que é necessário defender os seus mais elementares interesses é sempre a CDU que nunca lhes falta, nem nunca faltará, independentemente do contexto ou representação institucional que nos seja confiada.

Estamos e estaremos cá ao lado dos trabalhadores e das populações.”

### **Declaração Política do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueredo**

«Nova solução aeroportuária para Lisboa

A discussão em torno desta nova solução aeroportuária que, nos últimos tempos, e com particular ênfase nos últimos dias, tornaram definitivamente claro, mesmo para quem nunca o quis ver, que a única solução de futuro para a Área Metropolitana de Lisboa e para o país é a construção do novo aeroporto de Lisboa, no Campo de Tiro de Alcochete construído por fases.

Do triste espetáculo a que assistimos com estupefação na passada semana, nada mais resultou do que uma declaração de falta de comunicação entre um ministro e um primeiro-Ministro, sem nunca o Governo PS colocar em causa a solução apresentada.

Assim sendo, a continuada insistência numa solução sem futuro como é a apresentada para a base aérea do Montijo, sem capacidade de resolver os constrangimentos atuais e futuros, com impactos ambientais elevados, tanto no estuário do Tejo como no meio urbano, com especial relevância na freguesia da Baixa da Banheira onde existe um risco acrescido sobre as populações e sobre a atividade no território.

Esta opção torna-se ainda mais absurda e incompreensível, e mais incompreensível é ainda o anúncio de uma solução provisória com 2 pistas no Montijo, uma solução nunca estudada nem avaliada, mas que, pela sua natureza, implica necessariamente um agravamento de custos e impactos.

Os recursos do país não são infinitos. É absurdo que se anuncie um aeroporto com prazo de validade de 9 anos. Não é compreensível para ninguém que se gastem centenas de milhões de euros num aeroporto provisório na base aérea do Montijo.

Importa agora, mais uma vez, relembrar que, nas recentes audições realizadas no Parlamento, através da Comissão de Economia e Obras Públicas, Planeamento e Habitação, designadamente, do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, da Ordem dos Engenheiros, da Ordem dos Economistas e também da plataforma cívica “Aeroporto BA 6 Não”, foi consensual a solução de construção faseada do novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete.

Estas posições são concordantes com aquilo que, há muitos anos, o PCP e o Partido Ecologista Os Verdes, veem afirmando, de que o Montijo não é solução para os constrangimentos que se verificam no aeroporto Humberto Delgado. E atenção, não confundir mesmo os constrangimentos que se estão a verificar nos últimos dias com a infraestrutura física por muitos deles, são constrangimentos levados por aquilo que por todo o mundo, e em Portugal mais ainda na TAP, foi feito, que foi despedir trabalhadores durante a altura da pandemia. Agora que o tráfego aéreo aumentou, eles fazem falta. Nós bem dizíamos “atenção que a TAP só funciona com trabalhadores” e está-se a comprovar.

Tivesse o governo atuado a tempo, e hoje, dia 5 de julho de 2022, o novo aeroporto de Lisboa já teria a sua primeira fase em pleno funcionamento, e a sua construção faseada traria à Área Metropolitana de Lisboa e ao país, a perspetiva de futuro que há muitos anos necessitamos.

Os estudos ambientais necessários foram aprovados há mais de 10 anos, a localização mereceu o voto positivo unânime e, desde então, a única coisa que os governos PS fizeram foi deixar caducar estes estudos sem acautelar o nosso futuro.

Se hoje existem constrangimentos no aeroporto Humberto Delgado, isso deve-se aos governos PS. Este serpentear tantas vezes, indo além mesmo daquilo que a lei permite, insistindo sempre na construção de um aeroporto complementar na base aérea número 6 do Montijo, poderá servir alguém, mas seguramente que não serve os interesses dos nossos municípios que verão a sua qualidade de vida seriamente afetada, nem da nossa região que vê esfumar-se a construção de uma infraestrutura estruturante, nem os interesses do país que continua à espera de uma solução aeroportuária de futuro.

Moita, 5 de julho de 2022

Os eleitos da CDU»

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### **3.2 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato apresentado por Rui Miguel Soares Proença (n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)**

Em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º do Regimento, qualquer pedido de renúncia ao mandato deve ser efetuado mediante declaração escrita dirigida ao Presidente da Assembleia, tornando-se efetiva desde a data da sua apresentação e deverá constar na ata da sessão seguinte.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite a renúncia por todos os deputados municipais.

### **3.3 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Ana Isabel Pinto Pereira (n.ºs 1 e 2 do art. 7.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)**

Em conformidade com o n.º2 do artigo 7.º do Regimento, qualquer pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve ser dirigido ao Presidente e apreciado pela Assembleia.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite o pedido de suspensão por todos os deputados municipais.

### **3.4 - Ata nº03.1.21 – XIII Mandato – 1ª reunião da sessão ordinária de 29.12.2021**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo onze do PS, sete da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.5 - Ata nº03.2.21 – XIII Mandato – 2ª reunião da sessão ordinária de 29.12.2021**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e quatro votos a favor, sendo doze do PS, sete da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.6 - Ata nº01.22 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de 25.02.2022**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e quatro votos a favor, sendo dez do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.7 - Ata nº02.22 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária de 18.03.2022**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e um votos a favor, sendo dez do PS, sete da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.8 - Ata nº03.22 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de 29.04.2022**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e cinco votos a favor, sendo onze do PS, oito da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que, entretanto, tinha entrado um requerimento da bancada da CDU, cuja leitura efetuou (em conformidade com a transcrição infra):

«A bancada da CDU tem vindo a instar a Mesa da Assembleia Municipal para que seja cumprido o disposto na alínea f) do artigo 13º do Regimento da Associação da Assembleia Municipal da Moita.

Hoje, ao fim de vários meses após o início do mandato, foram entregues os cartões aos membros da Assembleia. Verifica-se, contudo, que os cartões distribuídos não estão datados, não indicam qual o mandato a que corresponde e não evidencia qualquer prazo de validade.

Deste modo, os eleitos da CDU vêm pelo presente solicitar que seja de imediato corrigida a anomalia que se verifica no cartão dos “deputados municipais” da Assembleia Municipal da Moita, dado que o mesmo não pode apresentar um caráter vitalício.»

Em seguida, disse que achava, sinceramente, que tinham razão e apresentou as suas desculpas enquanto Presidente, porque quis tanto cumprir o que estava estipulado que, realmente, não atentou esse pormenor, mas os cartões serão, naturalmente, corrigidos, pelo que deu indicação para que fossem, de imediato, recolhidos. Considerou igualmente que foi muito bem observado, e estarão cá para corrigir, e informou que a emissão dos cartões foi algo que, nos últimos mandatos, deixou de ser feito, mas mais vale com erros ou com omissões do que não haver, o que gerou até alguns problemas. Irão corrigi-los de acordo com este requerimento, todavia, isto revela a boa vontade dos serviços em quererem resolver o problema.

### **3.9 - Comissão Municipal Toponímia – Alteração à distribuição da representação**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Apresentou a proposta infra:

“Considerando que a Assembleia Municipal deliberou:

- a distribuição da representação na Comissão Municipal de Toponímia pelas 3 forças políticas mais representadas neste órgão, PS, CDU e CHEGA, na sessão extraordinária de 26/11/2021;
- a ratificação nominal dos membros que a iriam integrar, respetivamente, Daniel dos Ramos Justo, Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar e Rui Miguel Soares Proença, na sessão ordinária de 29/12/2021.

Considerando ainda:

- que o eleito Rui Manuel Soares Proença apresentou um pedido de renúncia ao mandato, tornando necessário proceder à sua substituição;
- que os atuais deputados eleitos neste órgão pelo Chega, Bruno Mendes e João Gaspar, comunicaram que se desfilaram definitivamente do Partido Chega e que iriam exercer o seu mandato como independentes;
- que o Bloco de Esquerda passou a ser a terceira força política com maior representação na Assembleia.

Propõe-se:

- a distribuição da representação da Assembleia Municipal da Moita na Comissão Municipal de Toponímia pelas 3 forças políticas atualmente mais representadas neste órgão, PS, CDU e BE.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Após apresentar a proposta perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta a discussão intervieram:

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Em relação a esta proposta, disse que se retomou a proposta que a CDU tinha apresentado, e que foi reprovada nesta Assembleia, pelo que diria que “Deus escreve direito por linhas tortas” e, realmente, o Chega não acabou no concelho da Moita, tanto quanto sabe andam aí, embora com outra roupagem, e os elementos do Chega na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal podem ter-se desvinculado, mas o

importante aqui é que acabam por ver uma força política, de facto, com fortes raízes no concelho, regressar a esta Comissão tão importante.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

### **3.10 - Comissão Municipal Toponímia – Ratificação nominal de membro**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Apresentou a proposta infra:

“Considerando que a Assembleia Municipal deliberou:

- a distribuição da representação da Assembleia Municipal da Moita na Comissão Municipal de Toponímia pelas 3 forças políticas atualmente mais representadas neste órgão, PS, CDU e BE;
- a ratificação nominal dos membros que a iriam integrar, respetivamente, Daniel dos Ramos Justo, eleito pelo Grupo Municipal do PS, e Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, eleita pelo Grupo Municipal da CDU.

Propõe-se:

- a ratificação nominal do deputado Luís Manuel de Oliveira Morgado, eleito pelo Grupo Municipal do BE, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Após apresentar a proposta submeteu-a a votação por escrutínio secreto.

Submetida a **proposta** a votação por escrutínio secreto, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e seis votos a favor; três votos contra; um voto em branco.

### **3.11 - Apreciação da Atividade Municipal**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Sobre esta matéria, e porque acredita que os deputados municipais tiveram oportunidade de ler o relatório, deixou à consideração dos demais qualquer questão que tenham para colocar, e disse que estariam ao dispor para qualquer esclarecimento que considerassem necessário.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado o relatório à discussão intervieram:

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que queria ainda falar sobre algumas coisas que se passaram em reuniões anteriores, e começou por voltar a fazer a pergunta que tem vindo a fazer desde dezembro, e sem resposta, quando discutiram a taxa de IMI a aprovar para o concelho e o senhor Presidente disse que tinha documentos e dados que indicavam qual era o impacto do IMI familiar no orçamento municipal. Até hoje, apesar de várias insistências, em quase todas assembleias municipais, ainda não lhes forneceu esses dados, portanto, pediu ao senhor Presidente que fizesse o favor de lhes fornecer esses dados.

Foi também aqui afirmado numa assembleia anterior, cuja ata aprovaram agora, que tinha existido uma diminuição dos apoios para as coletividades do concelho em oitenta e três por cento, mas os dados que têm compilados, apenas com as verbas aprovadas em reunião de Câmara, dão-lhes um resultado muito diferente onde não existe essa redução. A estes dados acrescentam-se outros tipos de apoios, apoios de material para várias coletividades, apoios em serviços, e as coletividades deste concelho sabem que, nos seus mandatos, a CDU tinha uma atitude proativa e ia junto das coletividades perguntar que necessidades é que tinham, que projetos é que tinham, onde é que precisavam de apoio, portanto, essa redução de apoio durante o período da pandemia não existiu. Existiram outros tipos de apoios, e estavam preparados ainda outros tipos de apoios que, em virtude das eleições, não puderam ser apresentados.

Assim, quis aqui desmentir categoricamente os dados que foram aqui ditos por membros desta Assembleia e pelo senhor Presidente da Câmara também, porque foi pedido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que compilasse os dados dos apoios às coletividades, e os dados que lhes chegaram não são os dados que foram aqui ditos e que, ainda por cima, não são os dados que estão nas atas das reuniões da Câmara Municipal, portanto, isto é mais uma demonstração de que não estão interessados em discutir aqui os assuntos com verdade, estão interessados em criar peças de teatro.

Em relação aos protocolos que foram aprovados na reunião anterior, estranhamento o senhor Presidente resolveu não fazer a sua apresentação, tal como agora não fez a apresentação do relatório de atividades da Câmara, portanto, é “os outros que leiam”, é assim, mas, ao contrário do que o senhor Presidente da Assembleia disse, não foi por acaso que essa discussão veio aqui a esta Assembleia, e não foi por acaso porque, durante meses, os eleitos da CDU nas assembleias de freguesia andaram a colocar o assunto e os eleitos do PS nos executivos das juntas de freguesia diziam que não era necessário fazer aquela aprovação. Provou-se aqui, na semana passada, que estavam errados e que a situação envolve algum risco para os eleitos das juntas de freguesia, porque podem ser, num limite, responsabilizados por verbas que estão a ser gastas e que, não existindo um protocolo, podem não estar respaldadas na lei, portanto, o que querem aqui é, exatamente, que essa situação fique corrigida e que todos estejam protegidos, porque estas intervenções são intervenções necessárias, são intervenções que fazem falta à população, nomeadamente, nas escolas, entre outras, e não querem que exista este problema para com os eleitos do município, sejam eleitos nas freguesias, sejam eleitos na Câmara.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu desculpa por interromper e recordou que estavam a discutir o relatório da atividade municipal e não atos da Câmara.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que se o senhor Presidente achava que eram atos da Câmara, certamente, concordaria que o que se passou na reunião anterior é algo que tem a ver com a atividade do município, porque se achar que o que se passou não tem a ver com a atividade deste município então não estão aqui a fazer nada e a Assembleia Municipal não tem qualquer utilidade. Aprovam aquilo que querem e acabou, não há discussão nenhuma, até porque já viram estas coisas acontecerem.



**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Recordou os eleitos da CDU, que são tão zelosos pelo Regimento, que este diz o que é que é a apreciação da atividade municipal e o que são atos da Câmara.

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que o senhor Presidente ainda não foi capaz de perceber, por exemplo, que não existem “deputados municipais”, que não existe na lei portuguesa “deputados municipais”, existem “membros da Assembleia Municipal”, e o senhor Presidente escreve “deputados” em todo o lado, mas agora está aqui a entrar num pormenor e a dizer que não pode falar de uma atividade da Câmara porque não está no relatório.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Dirigindo-se ao senhor deputado João Figueiredo disse-lhe que ele podia não gostar de ser deputado.

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Afirmou que não é deputado municipal, é membro da Assembleia, e que o senhor Presidente é que não percebeu isso. Aliás, nenhum dos aqui presentes é deputado municipal, são membros desta Assembleia, e pode procurar na lei que quiser e até procurar no Regimento da Assembleia que está em vigor e que, provavelmente, não conhece, porque por aquilo que tem acontecido nesta Assembleia acha que o senhor Presidente não o conhece.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Disse que, certamente, quem conhece é o senhor deputado, uma vez que é “profissional destas coisas”.

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que não era “profissional destas coisas”, que era tão “profissional” como o senhor Presidente e que, se calhar, tinha muito mais tempo para isto do que o próprio.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Apenas quis dizer que podia ter a certeza que a bancada do Partido Socialista ia propor que essa designação constasse no Regimento, como já consta em bastantes municípios neste país, porque a atividade que aqui fazem de debate e de discussão dos assuntos, é uma atividade de deputado municipal.

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse ao senhor Presidente para procurar, por exemplo, na Constituição da República Portuguesa, porque está lá a definição do que é que são os órgãos autárquicos.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Uma vez que o deputado João Figueiredo disse que ainda tinha mais assuntos a colocar, questionou se esses assuntos tinham a ver com a atividade municipal.

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Respondeu que o primeiro assunto que colocou foi sobre uma questão que fez há meses e que ainda não foi respondida, mas se o senhor Presidente lhe disser que não está no relatório da atividade municipal e não a pode fazer, nem sabe o que diga, pelo que perguntou se o senhor Presidente achava que isso era democrático.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Recordou que no período antes da ordem do dia podia ter falado dos assuntos que entendesse, aqui tem que se cingir a um ponto, pelo que, ou fala sobre esse ponto ou será obrigado a tirar-lhe a palavra.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Aceitando a “democracia” disse que ia falar sobre assuntos que estão no relatório da atividade municipal, ou que espera bem que estejam, porque senão deviam estar.

A primeira questão que quis colocar, depois desta troca de opiniões, é qual o ponto em que está a construção do quartel da GNR na Moita, que foi uma promessa de há uns meses atrás, onde, pelo executivo anterior, houve lugar a uma permuta de terrenos e o Ministério da Administração Interna ficou de fazer um projeto, mas até agora, passado estes meses, não sabem o que é que se passa e acham que é algo realmente importante para a atividade da GNR no concelho.

A outra questão que quis colocar foi qual o ponto em que está a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira passado nove meses do final do mandato passado, onde estava tudo pronto para, caso fosse necessário, avançar com um novo processo de concurso para a construção, dado que o empreiteiro não estava a dar a resposta necessária, e recordou que existem profissionais de saúde que foram contratados para trabalhar na USF que estão nas instalações antigas, que não têm condições, o que já coloca em causa a sua manutenção na Baixa da Banheira quando, nesta altura, são cerca de catorze mil habitantes sem médico de família.

A última questão que quis colocar foi em relação às obras na estrada nacional na Baixa da Banheira que, ao contrário daquilo que se passou nas obras da rua 1º de Maio, também na freguesia da Baixa da Banheira, a esmagadora maioria da área em obras não está devidamente vedada, e sabem que já existiram várias quedas, portanto, a pergunta que aqui deixou foi o que é que a Câmara está a pensar fazer em relação a este assunto, e o que é que tem falado com o empreiteiro, porque se lembram de todo o ruído que foi feito à volta das obras na rua 1º de Maio por coisas que não se comparam sequer com aquilo que se vê, diariamente e atualmente, na estrada nacional.

### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Após consulta, da página 38 da Apreciação da Atividade Municipal, mais concretamente no que concerne aos serviços jurídicos e contraordenações, foi-me possível verificar que, entre instaurados e decididos, foram processados 16 Autos de Contraordenação, por infrações ao RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), Lei Geral do Ruído, Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade e ainda ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

No entanto, não vislumbro menção a qualquer valor contraordenacional no que diz respeito a infrações ao código da estrada, segundo a última alteração ao mesmo diploma, a saber-se, o Decreto-lei nº 107/2018 de 29 de novembro.

Nesta alteração, é tornado competência dos órgãos municipais, a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves, relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo, nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos, quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso, desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas.

Este diploma refere que, quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, o valor reverte 100% a favor do município, o que infelizmente não é o caso do nosso município, se o é, desconheço, e solicito esclarecimento se os serviços municipais apuram algum valor que reverta na sua totalidade para o município, apenas salientando que nesta área, a criação de uma Polícia Municipal da Moita faria todo o sentido, não só para prevenir como para punir tais infrações, no âmbito do Código da Estrada.

Ainda e, quando resulte de atividade de fiscalização das forças de segurança, o valor reverte, em 30% a favor da entidade fiscalizadora e 70% a favor do município e é principalmente neste artigo do diploma citado que se centra a minha questão.

Assim, e voltando então à dúvida que me apraz colocar, questiono o executivo acerca dos valores provenientes destas fiscalizações ou infrações, que não vislumbro na Apreciação da Atividade Municipal ou ainda se o explanado neste diploma se encontra a ser aplicado no nosso município?”

### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Começou por dizer que, realmente, depois dos incidentes verificados aqui na última reunião, se há coisa que a que se pode chamar de ter lata é aquilo a que têm assistido ultimamente, é ter lata mesmo. Provocadores foram transformados em vítimas, habilidades financeiras transformadas em milhões de

euros, habilidades financeiras estas que o fizeram lembrar, e deu um exemplo, de uma coletividade que passa para a direção seguinte e tem milhares de euros em quotas de sócios que estão no cemitério.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu desculpa por interromper e alertou para o facto de estarem a discutir a atividade municipal.

#### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Disse que tinha estado a ouvir este tempo todo e que esta introdução era para chegar à sua intervenção.

Continuando, disse que ao cumprimento da lei chamavam democracia, e com isto o que quis dizer é que ouviram aqui queixas do senhor João Faim da CDU, na passada quinta-feira, que “vejam bem esta Câmara agora é só burocracia para apoiar as coletividades”, mas essa “burocracia” é pedir certidões de não dívida às Finanças e Segurança Social, que não sabe se pede, mas se pedir, é pedir os planos de atividades, é pedir os relatórios de contas e a ata das assembleias que os aprova, porque isto no Estado é assim, e se a Câmara fugir a isto estará a violar a lei.

Respondendo ao senhor João Figueiredo, que com aquilo que acabou de dizer o chamou a si de mentiroso, ainda que não tenha referido o seu nome, porque foi o próprio que disse aqui que houve uma redução de oitenta e três por cento, mas não disse às associações, disse que houve uma associação que, em relação a vinte anos atrás, viu o seu apoio reduzido em oitenta e três por cento. É evidente que essa associação não faz o que outras fazem, e aqui mostrou uma imagem a dizer “Comigo há mais CDU” com fotos tiradas na sede, porque isto dos favores aos amigos também se paga, mas depois os favores materializam-se nas injustiças contidas nos relatórios de atribuições financeiras, como na associação de que fala, porque conhece, e que há mais de vinte anos, no tempo do escudo, recebia da Câmara Municipal mil cento e cinquenta contos por ano e, em 2019, recebeu mil euros. Se o senhor João Figueiredo fizer as contas verá uma redução de cerca de oitenta e três por cento. Excepcionalmente, com o Covid, recebeu dois mil euros, mas o relatório que trazia consigo era o das verbas distribuídas ao movimento associativo em 2019, portanto, não mentiu e disse a verdade naquele dia.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Disse que sabia que era difícil não colocar atos da Câmara na atividade municipal, mas pediu que tivessem um bocadinho de atenção em relação a isso.

#### **Deputado Rodrigo Pedro do Grupo Municipal da CDU**

Disse que, em relação ao ataque informático, queria perguntar ao executivo da Câmara, porque sabem que os serviços online ainda não estão a funcionar, para quando haverá resolução para esses problemas, se já estão garantidas todas as condições de trabalho dos trabalhadores e restabelecidas todas as ligações necessárias, sabendo de antemão que as baixas e o covid não servem de justificação caso as coisas ainda não estejam resolvidas.

Depois, disse que tinha uma sugestão à Câmara Municipal, o que não faria se lhe acontecesse só a si, mas soube de mais casos, porque na fatura da água, quando têm uma fatura em atraso, aparece uma mensagem em letras muito, muito, muito pequenas, e sabem de antemão que as faturas da Câmara vêm com alguma regularidade, mas, por vezes, até acumulam algumas, e é difícil entender se têm ou não alguma fatura em atraso, porque as letras que estão a negrito junto a uma mensagem sobre o Covid são difíceis de ler e conseguir ver se têm faturas em atraso ou não, razão pela qual sugeriu que se colocassem duas referências para pagamento, uma para a fatura atual e uma para a fatura em atraso, porque os munícipes quando abrem a carta vão direitos ao quadrado azul para saber o que é que têm para pagar, ninguém vai ler essa mensagem, até porque começa com uma menção ao Covid e não com uma menção à água.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Disse que a sua questão era muito simples, e esteve a tentar encontrar no relatório da atividade municipal algumas relações, algumas démarches, algum acompanhamento da Câmara junto dos Bombeiros Voluntários da Moita, considerando que lhe têm chegado algumas situações que diria preocupantes, pelo

que perguntou, de uma forma muito direta ao senhor Presidente, o que é que se passava, efetivamente, com os Bombeiros Voluntários da Moita.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Disse que, se lhe fosse permitido, porque se trata de dois temas que foram aqui focados, queria dar uma pequena informação em relação ao que foi falado aqui sobre os protocolos da junta e ao movimento associativo. Em relação aos protocolos da junta, o que tinha a dizer é que os atos da gestão da Junta também foram aprovados através do orçamento para 2022, tanto de receita como de despesa, logo, os protocolos estão contemplados na receita e na despesa das juntas de freguesia, portanto, acha que não há dúvidas em relação a isto, protocolos esses que estão ratificados tanto a nível do executivo da Câmara como do executivo das juntas, e agora, neste momento, também ratificados, conforme o artigo décimo dos protocolos, pelo órgão deliberativo municipal.

Quanto ao movimento associativo, naturalmente, da freguesia de Alhos Vedros, disse que, neste momento, têm um conhecimento bastante detalhado das contas, das dificuldades e das carências do movimento associativo de Alhos Vedros que, se calhar, é o maior a nível de associações do concelho da Moita. Por exemplo, tinham uma coletividade, os três AAA, que teve para fechar portas, mas que já não vai fechar portas porque, felizmente, já se conseguiu uma comissão de gestão para continuar a prestar os serviços das suas atividades normais à população, mas também quis dizer que existem várias coletividades no Bairro Gouveia, ainda que só vá referir uma, o GRF, que está com dificuldades económicas por problemas de gestão que são público e dívidas que são públicas. Naturalmente, estão preocupados e vão apoiar o movimento associativo como têm estado a fazer e será para continuar.

Sobre aquilo que pretendia falar, disse que queria dar os parabéns à Câmara por, finalmente, colocar a palmeira na rotunda da palmeira na avenida Bela Rosa, e queria sensibilizar a Câmara para que, no próximo plano de repavimentação municipal, contemplasse mais ruas em Alhos Vedros. Já falou nisso aqui na assembleia do dia 25 de fevereiro, porque das trinta e cinco ruas e arruamentos que foram contemplados nesse empréstimo, num valor de um milhão e seiscentos mil euros, Alhos Vedros só teve duas. Uma está, neste momento, em curso, que é a rua Duarte Pacheco, e foram cem, cento e cinquenta metros na rua Padre António Vieira, isto numa freguesia em que existem carências e necessidades de repavimentação, como o resto da rua Padre António Vieira até ao jardim de infância das Arrozeiras, no Bairro Gouveia, nas Morçôas, na rua Vasco da Gama. Existem muitas carências em Alhos Vedros e, para os fregueses de Alhos Vedros que vão pagar proporcionalmente o empréstimo de um milhão e seiscentos mil euros, acha injusto, neste plano do executivo anterior, que apenas sejam contempladas duas ruas e, provavelmente, vão pagar um quarto desse valor quando tiverem duas em trinta e cinco, daí que lhe pareça que a proporcionalidade, a reciprocidade e a igualdade foram aqui deixadas de lado.

Quis também dar os parabéns por estar em fase de resolução o problema da requalificação do largo da Barra Cheia, uma questão que se arrastava há vinte anos e, pelo que sabe, existe um projeto, existe entendimento entre as partes, que vão acompanhar e esperam que avance a todo o momento.

Quis também agradecer publicamente à Câmara Municipal da Moita, e até pode mencionar o nome de um funcionário que o tem ajudado muito, e ainda hoje de manhã estiveram a falar, o senhor Constantino, que lhe forneceu várias documentações para registar os imóveis da freguesia de Alhos Vedros, tanto no caso das oficinas como em outros três imóveis que agora estão a tratar, incluindo aí o edifício sede, em que é necessário constituir uma matriz e, provavelmente, vão ter que, de uma forma mais complexa, usar o termo legal usucapião para os outros edifícios que têm em mente regularizar.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)**

Interrompeu a intervenção para recordar que estavam a discutir a atividade da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Pedi desculpa, mas estava a agradecer um ato que a Câmara teve hoje consigo, ao ajudá-lo a resolver um problema, estava a agradecer a um funcionário, um trabalhador da Câmara, e não se estava a dirigir ao senhor João Figueiredo mas sim à Assembleia, pelo que ia continuar e dar os parabéns, porque hoje registou que estavam funcionários a fazer a devida desmatação e o corte de ervas junto à Fonte da Prata.

Quis igualmente sensibilizar a Câmara para a necessidade de limpeza e recolha de entulho que existe no parque junto ao bairro Francisco Pires, e entendem que era importante que a Câmara articulasse com a Junta a colocação de mobiliário urbano, bem como a limpeza junto ao cemitério do Pinhal do Forno, que também é importante e que também está com entulho.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu desculpa por interromper, mas não estavam a discutir a atividade municipal e porque, às tantas, é “bar aberto”, vale tudo, e não sabe como é que podem parar isto e onde é que começa a coisa e outra.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Pediu desculpa, disse que apenas estava a sensibilizar a Câmara para as necessidades que existem na freguesia, e que terminava por aqui.

#### **Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Disse que ia começar por um apontamento porque, exatamente, neste ponto estão a reportar-se, exclusivamente, a uma obrigação deste órgão enquanto órgão deliberativo, que é fazer a apreciação da atividade municipal. É isso que lhes cabe neste ponto, portanto, há um conjunto de intervenções que em nada se focam neste aspeto e porque, certamente, ajuda quem os acompanha quase sempre em casa, pediu permissão para ler o artigo vinte e cinco, número dois, alínea c), que diz apenas isto: “Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira.” O artigo depois continua com as questões dos prazos que aqui sabem que são regularmente cumpridos, com uma ou duas exceções, o que percebem quando o documento é um bocadinho mais extenso, mas isso é, certamente, pela forma como ele está a ser construído, e sobre a qual tem uma opinião, mas também acha que não cabe aqui.

Passando às questões que gostaria de colocar, disse que é feita referência no documento, logo na parte inicial, a novos funcionários e, mais à frente, no tema exclusivo de recursos humanos, não veem essa informação. Não está em nenhum gráfico, em nenhuma informação, um novo procedimento concursal, porque se estivesse teriam, de facto, conhecimento, o que a leva a crer que, nestes últimos dois meses, isso não aconteceu, mas há esta nota, esta referência a novos trabalhadores, ou melhor, a novos funcionários, uma vez que é esta a referência em concreto, e a sua pergunta era no sentido de obter este esclarecimento e ainda, caso hajam novos funcionários, não estando num procedimento concursal, se estão aqui ao abrigo de uma figura legal, que já conhecem e que já foi aqui referida, embora ache que não tenha sido referida da melhor forma, que é a figura da mobilidade, mas também não veem essa informação neste relatório, ou seja, está omissa e era importante que a pudessem conhecer neste órgão.

Deu também nota de mais algumas imprecisões, as quais crê que tenham mesmo a ver com a extensão do documento, porque há alguns gráficos que não têm uma legenda visível, e era importante que fosse mais clarificador e que permitisse ainda uma melhor informação, o que, certamente, os serviços conseguirão fazer.

Ainda no quadro dos recursos humanos, e porque o senhor Presidente já colocou, e crê que na última Assembleia Municipal fez referência a uma reunião que terá tido de acolhimento dos trabalhadores das escolas, queriam perguntar, exatamente, como é que está a ser feita essa integração e que custos é que ela tem para a Câmara Municipal até agora, porque se o acolhimento foi feito neste período essa informação também deveria estar neste relatório, ou seja, como é que está a ser feito o sistema da assiduidade destes trabalhadores, o processamento de salários e quem o faz. Sabem que o pacote financeiro para a transferência de competências destes trabalhadores, em particular, não versa, mais nem menos, do que apenas a sua massa salarial e pretendem saber como é que a Câmara Municipal vai responder às obrigações que, certamente, tem com estes trabalhadores, porque não terá trabalhadores com mais direitos de um lado e com menos direitos do outro, como é que vai responder às questões, por exemplo, relacionadas com a formação profissional, como é que vai cumprir esta obrigação, de onde é que esta verba, de facto, vai sair ou o que é vai ficar por fazer na Câmara Municipal para responder, e bem, a esta obrigação e, para terminar, perguntou para quando é que teriam a informação sobre a integração destes mesmos trabalhadores no mapa de pessoal para esta Assembleia Municipal deliberar.

## Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

Disse que ia fazer um pequeno balanço, porque estão todos a viver, e esta Assembleia está a passar e a consolidar esta sua certeza, o resultado de uma campanha de quase quatro anos, em que uns diziam que estavam no inferno e outros diziam que estavam no paraíso. Uma campanha intensiva, e que foi mesmo redutora, de que se vivia mal no concelho. Estas dinâmicas construíram-se e hoje o resultado é este. Como os resultados eleitorais foram diferentes hoje há, por aquela intensidade e por aquela dinâmica que se gerou, dois tipos de discussões, que são públicas nas redes sociais, no café, em todo o lado, e que resulta do pouco esclarecimento das pessoas e, às tantas, os municípios não ficam esclarecidos com este tipo de assembleias e este tipo de discussões.

Por exemplo, neste momento, há os que agora aproveitam todos esses excessos, todas essas caracterizações, para a cobrança política, para a denúncia e cobrança política, mas também há as expectativas que foram criadas porque os cartazes eram sucessivos, “aqui faz falta”, e foram quatro anos nisto, daí as expectativas, só que o discurso da expectativa, quando vê as ervas a crescer, já ninguém se lembra da pandemia, aliás, houve muita gente que considerou e esqueceu a pandemia, que já nem se lembra da pandemia, da situação grossa e dos montes de tarefas que, a dada altura, tiveram de ser abandonadas pelos serviços municipalizados, e ainda hoje há sobras disso. Mas, a par disto, foram anos, anos, aqui na luta do paraíso e do inferno, exatamente, a também não aprovarem orçamentos, a não aprovarem relatórios e contas, a não aprovarem os quadros de pessoal. Às tantas, quando se criticava o relatório e contas, vinha sempre o discurso, sempre, “a Câmara gasta muito dinheiro com pessoal”. Nem nos tempos do governo Passos Coelho, em que isto estava trancado ao recrutamento, isto acontecia, veio acontecendo e hoje não há pessoal, daí que haja recrutamentos meio distintos e, nomeadamente, se calhar, o recurso à privatização de alguns serviços, pelo menos temporários.

Agora a questão que se põe é quando é que um município normal, um cidadão comum vai perceber, de facto, a realidade do seu concelho, vai perceber porque é que as ervas estão grandes, porque é que elas cresceram, porque é tão difícil agora eliminar e antes até era fácil, e um monte de coisas que ninguém está a perceber. Por exemplo, na sexta-feira passada, estive a observar quatro trabalhadores da Câmara durante meio-dia, com roçadoras a eliminar as ervas e aquilo ficou limpíssimo. Um trabalho doloroso, e sabe-o porque já trabalhou com aquelas máquinas, mas o espaço que fizeram foi curto. Eles “vergaram a mola”, e bem, mas foi curto, porque no tempo em que era permitido o herbicida duas pessoas faziam o bairro todo, mas toda a gente se esqueceu da pandemia e também da proibição da utilização do herbicida, e mais ainda, é que o herbicida matava até a raiz. Duas ou três pessoas faziam o bairro duas ou três vezes por ano e estava safo, agora basta uma noite de orvalhada, uma chuvazinha e têm as ervas outra vez a rebentar. Este é um drama e isto vai obrigar um aumento de pessoal, mas este tipo de realidades, este tipo de conversas, têm de ser feitas com os municípios. Têm que explicar esses e outros detalhes, mas não, andam quatro anos a não aprovar orçamentos nem quadros pessoal, a criticar de uma forma barata, a gerar expectativas e já estão outra vez no discurso, agora a variar para o outro lado, em que para uns assim “isto ser o paraíso” e para outros “isto vai continuar a ser um inferno”, e assim não há município que brilhe porque os municípios, às tantas, não percebem nada disto nem da realidade do seu concelho, nem sequer, de facto, porque é que as ervas crescem como antes não cresciam. E que a realidade é esta, não se pode usar aquilo e agora tem de haver muito mais pessoal, dá muito mais trabalho, há muito mais ocupação. Estas e outras realidades que, naturalmente, abarcam as diferentes vertentes, a multiplicidade delas, que abarcam os trabalhos dos serviços municipalizados.

É preciso que se concentrem nisto, porque senão, são mais quatro anos a definharem-se numa discussão anacrónica, e essa sim já tem quarenta anos. Chegaram ao ponto de ouvir, e há gente aqui na Assembleia que escreveu isso, que viviam na Moita há noventa anos em ditadura. Palavra de honra. Em dezasseis eleições legislativas, o PS venceu nove. Desde 1995 que a CDU não ganha uma. Têm de pensar porque é que neste percurso e neste meio tempo, a população deu maiorias absolutas. Pensem nisto porque, de facto, exercia-se a democracia, mas pensem nisto porque, a continuarem estas discussões, os municípios não percebem nada disto nem conhecem a realidade concreta do concelho, e acha que no concelho há bons sinais. Há bons sinais na freguesia de Sarilhos Pequenos e Gaio-Rosário, há bons sinais, que conhece, na Moita, mas tudo isso também fica ofuscado por causa deste tipo de discussões.

Por último, pediu desculpa ao senhor Presidente e aos deputados municipais, mas, às tantas, nem é atos da Câmara nem é nada, são os atos, há montes de tempo, destas assembleias, porque o comportamento dos deputados não está a ajudar mesmo nada.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Começou por dizer, para que não restassem dúvidas, que ia colocar uma questão sobre atos da Câmara que se enquadram no relatório que foi entregue aos membros da Assembleia, no âmbito da discriminação dos processos judiciais pendentes e do estado em que se encontram, pelo que começou, exatamente, por fazer uma referência no âmbito desta atividade à ata que aprovaram, relativamente à sessão extraordinária do dia dezoito de março, quanto a uma frase da intervenção proferida pelo senhor Presidente, que pediu permissão para ler: “A pessoa que, hoje em dia, é a advogada do município, não ganha mais que a advogada que estava cá antes, ganha menos, por isso se os choca, ou se alguma vez chocou, os valores que a advogada do município recebe, atualmente, quando recebe menos do que aquela que cá estava, pode dizer que, desde que cá está, já resolveu muitos problemas ao município e irá continuar a resolver. Situações que não se resolviam, que não tinham solução, e que agora vão passar a ter solução e, uma a uma, vão ser resolvidas. Não desistirão, não baixarão os braços, enquanto as mesmas não forem resolvidas.” Acompanhando o documento que foi distribuído vê os processos com um andamento, exatamente, igual àquele que estava, não vê aqui qualquer evolução relativamente a isto, e não vai falar de nenhum processo em particular, até porque alguns deles estarão, certamente, em segredo de justiça.

Mas, trouxe também aqui à Assembleia uma comunicação que chegou à bancada da CDU através da sua vereação, que foi enviada pela Doutora Paula Ramalho, advogada deste município até há bem pouco tempo, no dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, às quatro e quarenta e um ponto vinte e três p.m., para a vereação da Câmara, e pegava aqui nesta questão porque a Doutora Paula Ramalho cita, exatamente, as declarações que aqui referiu, que estão na ata e que são agora um documento aprovado por esta Assembleia, apesar de estarem disponíveis na filmagem que foi transmitida no canal de transmissão das sessões da Assembleia, e pensa que este ofício não consta da relação dos ofícios entrados na Assembleia, embora aqui seja dito que foi enviado para a Mesa da Assembleia e para toda a vereação. Não sabe se foi algum problema informático, ou o que é que foi, mas este ofício chegou-lhes e toca aqui, exatamente, questões cruciais quanto à questão das avenças, e que era objeto de discussão na altura nesta Assembleia, mas também relativamente aos processos judiciais.

E, a dada altura, a Doutora Paula Ramalho para além de mostrar, obviamente, a sua indignação pelo seu bom nome profissional, refere que *“há vinte e cinco anos que é advogada, e foi advogada do município da Moita durante seis anos, tendo desempenhado todas as tarefas a que estava incumbida com a maior transparência, honestidade, contribuir para a solução de muitos processos e diferentes, o que pode ser constatado, nunca, até hoje, enquanto profissional, o meu bom nome foi posto em causa, como de forma leviana o senhor Presidente o fez”,* e considera que *“as afirmações são inadmissíveis e atentatórias ao seu bom nome pessoal e profissional”*. Mas coloca nessa exposição, e voltando ao relatório, algumas questões que gostava de ver esclarecidas aqui perante os membros da Assembleia, porque o senhor Presidente disse *“sem pejo”,* segundo aquilo que a senhora Paula Ramalho coloca na exposição, *“que a atual advogada do município já resolveu muitos problemas a este município que não se resolviam e não tinham solução”,* pelo que, voltando à questão inicial do relatório, perguntam quais são.

Também é colocado aqui pela Senhora Paula Ramalho um desafio ao Senhor Presidente para *“esclarecer os deputados municipais e os munícipes sobre os processos que se encontram atualmente ao abandono e, bem assim, identificar os prazos neles incumpridos na vigência da atual avença”,* e esta é outra questão que gostavam de ver esclarecida. Também outra questão que é colocada e que gostavam de ver esclarecida é *“qual a legitimidade da ilustre mandatária para intervir nos demais na área do direito que não estão identificados no seu esmerado contrato”*.

Para terminar fez, exatamente, eco destas questões que chegaram à bancada da CDU pela via que referiu e que, certamente, são do conhecimento da vereação, e que podia fazer chegar ao senhor Presidente da Assembleia, se assim o entender, mas que gostavam de ver esclarecidas.

### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

Disse que apenas queria dizer que no concelho da Moita, atualmente, existem três “pratos”, as ervas, as avenças e o centro de saúde. São estes os “pratos que são servidos”, ultimamente, no concelho, não há mais nada. Sobre o centro de saúde disse que é engraçado, porque é tentar “tapar o sol com a peneira”, porque isso vem do executivo anterior. Passa todos os dias, há dezenas de anos, naquela rotunda em frente ao novo centro de saúde, todos os dias há dezenas de anos, e nem sequer era preciso olhar para a obra porque, de frente, via logo a obra em funcionamento. A partir do fim do mês de julho a obra ficou parada, e quem disser o contrário está a mentir, porque via todos os dias, todos os dias. Podem-lhe dizer

“não, não, estava lá um senhor”, e sabe que estava lá um senhor, mas estava a guardar os materiais, o resto dos materiais da obra para que eles não saíssem. Era isso que esse senhor lá estava a fazer, agora obras no centro é que não estava a fazer.

Por isso, quis pedir ao senhor Presidente para esclarecer, de uma vez por todas, apesar do senhor Presidente já ter dito como é que o anterior executivo deveria ter iniciado o processo da paragem das obras do novo centro de saúde, que não o fez, e este executivo iniciou o processo. Agora, não é carregar num botão que aparece o novo centro construído. Agora leva tempo, e todos sabem que os processos levam tempo, mas há quem goste de estar sempre com “um martelo, um martelo, um martelo, um martelo” no novo centro de saúde. Portanto, gostava que o Senhor Presidente, embora já se tenha pronunciado e esclarecido esse assunto, mais uma vez, explicasse novamente o problema do novo centro de saúde.

### **Secretário da Junta de Freguesia da Moita, Miguel Póvoas Santos**

Disse que só ia dizer umas coisinhas, porque também tem direito, e começou por referir que, se durante a educação o facto da memória não ser longa e não se recordarem de tudo é uma bênção, porque permite que, realmente, tenham vagar para atuar de forma diferente para as novas gerações, na política não é uma bênção, e uma vez que foi deputado municipal no mandato anterior ato passado, acha caricato um conjunto de posições que aqui foram tomadas, pelo que quis agradecer ao Presidente da Mesa a forma como tem lidado com estas situações.

Indo direto ao assunto, e sabe que já falaram aqui muitas vezes sobre as ervas, e até se recorda de uma citação de um deputado municipal da CDU que, no mandato passado, dizia muitas vezes que “o sol nasce e as ervas crescem”, questionou o senhor Presidente sobre o ponto de situação do processo do corte das ervas, porque embora não seja uma das funções da Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia é, efetivamente, o órgão mais próximo das populações, e têm sido várias vezes questionados. Também questionou o Senhor Presidente, fazendo jus a uma chamada de atenção feita por uma comerciante, sobre o ponto de situação do processo das desbaratizações, visto que na rua em frente ao lar da Santa Casa da Misericórdia na Moita, tem havido realmente, de novo, novas pragas de baratas.

### **Deputado Eduardo Teixeira do Grupo Municipal da CDU**

Começou por dizer, mais uma vez, perante esta questão das ervas, que era mesmo assim, as ervas crescem na primavera e, normalmente, é sempre assim, mesmo com o PS no poder elas continuam a ter esta dinâmica. É uma coisa impressionante, as ervas não ligam à questão política e por isso é que este mundo é engraçado, e depois também faz falta o glicofosfato. Acaba-se com uma coisa, mas não têm solução para o problema e depois é outro problema mais complicado ainda, mas o senhor Presidente, com certeza, irá explicar isto melhor do que o próprio, todavia, ia mesmo tentar falar de atos da Câmara.

Não tem tido oportunidade de estar presente nas últimas assembleias e viu com muita atenção o relatório que expressa, claramente, a ação da Câmara, dos seus trabalhadores, dos seus dirigentes, de tudo. Se calhar, peca um bocadinho por excessivo, porque para a bancada da CDU não precisava de tanta fotografia e guardavam isso para o boletim municipal, de resto, até está explícito e, tal como interveio o eleito do Bloco de Esquerda, a sua intenção é mesmo melhorar o sítio onde vive, e não acha que isto esteja um inferno porque o PS está na Câmara, porque continuam a ter um dos sítios mais bonitos da Área Metropolitana de Lisboa para viver, e foi isso que o trouxe para este concelho, e espera que o mantenham assim.

Quanto a questões concretas que, se calhar, podiam melhorar, disse que este relatório de atividades que se refere aos últimos dois meses, porque em abril foi apresentado um de janeiro até aqui e, por exemplo, há aqui uma questão importante que é a questão dos combustíveis porque, como sabem, e não precisam ser muito atentos, subiram em flecha nos últimos meses, e no relatório as contas são feitas com a média do preço do gasóleo simples a um vírgula setenta e seis euros, e esse preço, de facto, não existe neste período de apreciação do documento. Esteve a ver a variação do preço do gasóleo no site oficial e o valor mais baixo foi um vírgula setenta e cinco e o mais alto dois vírgula dez, sendo que o mais baixo foi em seis de março e depois foi sempre a subir. E porque este é um facto que vai ter implicações na parte do orçamento, questionou diretamente o senhor Presidente e pediu que o ajudasse, porque não conseguiu ver qual é que foi o cálculo feito para a questão do preço do gasóleo, qual é que foi o valor orçamentado e que medidas é que estão a pensar tomar em relação a este aumento, porque veem vários sectores de atividade a pedir apoios por causa desta questão, e pretende saber o que é que os municípios vão fazer em relação a isso, se existe, por exemplo, uma ação concertada na Associação Nacional de Municípios



para pedirem apoio, porque isso vai ter um impacto nas contas, e das duas uma, ou vão fazer menos, porque os carros não vão poder circular, ou então vão exceder o orçamento, portanto, questionou se esta questão estava contemplada.

Quanto a duas coisas mais simples, e a segunda tem a ver com o sítio com que se identifica mais, que é o Gaio-Rosário, tendo declarado, desde já, que não era especialista nenhum em estradas, nem em condução, antes pelo contrário, porque foi feita a repavimentação da via principal ou da segunda via principal, porque vai da parte de cima do Gaio até ao final do Rosário, ou até ao coreto, que é uma via de quarenta, e está apenas a dar a sua opinião, nem sabe se fará lógica, mas toda a via tem um traço descontínuo, e compreende que se tenha retirado as bandas porque, provavelmente, incomoda a população, mas como condutor, se lhe reduzirem a via, anda um bocadinho mais devagar, mas é o contrário se vir um traço descontínuo, portanto, se puderem pensar ou se os técnicos acharem que isto é uma solução, se calhar, punham um duplo contínuo para as pessoas não poderem ultrapassar ali, porque têm a escola em baixo, depois têm o mercado ao meio o pé da Junta, o que faz com que seja uma zona com algum movimento.

A última questão para saber se o que estava a ser projetado para o largo da Feira, em Alhos Vedros, vai continuar ou se foi abandonado, porque havia a previsão do ordenamento daquele espaço onde fazem, por exemplo, aquelas simulações da luta na feira medieval, e pretende saber se isso está, de facto, para arrancar, se vai arrancar mais tarde e qual o ponto da situação desse projeto.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Findas as intervenções, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar os esclarecimentos solicitados.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Em resposta às questões que foram colocadas, questões grandes, extensas, e dado o seu tamanho e volume espera não se esquecer de nenhuma delas e, começando por aquela que é uma das mais importantes, e que foi aqui tocada uma e outra vez e que, uma e outra vez, é colocada nesta Assembleia Municipal, nas reuniões de Câmara, reuniões de junta, junto da população da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e por todos aqueles que se interessam pelos cuidados de saúde, posição com a qual também se identifica, quis deixar bem claro que estavam na oposição, em dois mil e dezasseis, quando o Partido Socialista escreveu uma carta ao Presidente da ARSLVT a dizer que era muito importante que, de uma vez por todas, fosse construído um centro de saúde na Baixa da Banheira. Em boa hora os seus desejos e as suas vontades, que iam muito para lá daquelas que eram as vontades e o querer do Partido Socialista, eram a vontade e o querer da população, foram ouvidos por quem de direito e tinha o amplo consenso das diferentes forças políticas, o que quis deixar aqui bem claro, e iniciou-se este processo de construção do centro de saúde na Baixa da Banheira.

Mas, há aqui uma coisa muito importante que importa que fique clara, mas clara de uma vez por todas, porque já começa a ser cansativo repetir a mesma coisa uma e outra vez, e começa a ficar claro que não percebem ou não querem perceber, e há quem não queira perceber, neste caso, há uma força política que não quer perceber e que, se calhar, é só a força política que tem mais responsabilidades nesta matéria.

Aquando das eleições de vinte e seis de setembro, e conseqüente tomada de posse no dia dezanove de outubro pelo Partido Socialista, que ficou à frente desta Câmara, o centro de saúde já devia estar construído desde agosto, não pode precisar a data, mas era mais mês, menos mês, e no tempo que mediava, neste caso, entre a adjudicação, a consignação da empreitada e o término da mesma, todo o calendário, a mesma devia ter ficado concluída quando foi a altura das eleições. O que é certo, e o que quer que fique claro, e repetirá isto as vezes que for necessário, até à exaustão, porque pode ser consubstanciada, pode ser reconhecida, é factual, podem consultar os documentos, mas acredita, porque ainda há pouco tempo tiveram acesso a eles e ainda há pouco tempo alguns deixaram de ter funções onde podiam consultar e acompanhar esses trabalhos todos os dias, que ainda deverão ter retido essa informação nas suas mentes, é que quando receberam a empreitada para dar continuação aos trabalhos, para além de já ter ultrapassado todos os prazos previstos, a mesma estava apenas executada a vinte e nove por cento quando, na realidade, deveria estar executada a cem por cento.

Muito antes das eleições, neste caso, junto do processo estavam informações dos técnicos que fazem a fiscalização a informar que o empreiteiro não tinha capacidade para continuar a executar os trabalhos e concluir a obra, mas, para que também fique claro, se forem ver as reuniões de Câmara e as reuniões da Assembleia Municipal, nunca nada lhes foi dito sobre essa matéria. Nunca nada lhes foi dito sobre essa

matéria, e continuou-se, uma e outra vez, a prorrogar o prazo sem que nenhuma atitude fosse tomada. E quis deixar aqui claro ao senhor João Figueiredo que, para ser simpático, andou assim um pouco longe da verdade quando disse que tudo lhes foi deixado preparado para, de imediato, começarem os trabalhos, e dizer que não é verdade porque, como certamente saberá, têm que fazer um processo para ser notificado, neste caso, o empreiteiro, depois decorre o período legal para que o empreiteiro se possa manifestar e, aí sim, poderem tomar a decisão definitiva e tomar posse administrativa da empreitada. Certamente, saberá isso e, sabendo isso, está a faltar à verdade, ou então não sabe, tem o direito de desconhecer e não é crime nenhum não o saber.

Agora outra coisa que também é necessário, depois deste processo todo, é fazer um auto de medição para ver o que é que está executado e o que é que não está executado, o que é que é necessário fazer para lançar novo concurso e, quando chegaram, não encontraram nada disso feito, a não ser que tenha sido mais uma das coisas que desapareceram de cima da secretária, porque quando chegou não tinha nada em cima da secretária, e podem ter, por acidente, levado esses documentos. O que é certo é que não tinha essa informação.

Neste momento, dirigindo-se a um deputado municipal que se estaria a rir (que não foi possível identificar aquando da elaboração desta ata), perguntou se estava a rir porque era verdade ou se era por achar engraçado aquilo que estava a dizer. O que é certo é que isto que está a dizer é demasiado grave e não tem graça nenhuma. Esta situação é demasiado séria e diz demasiado às pessoas para que possam tratar este assunto com tamanha leviandade, por isso, sobre esta matéria, depois de tomarem posse e de tentarem, ainda uma última vez, não tendo conhecimento aprofundado deste histórico porque, reafirmou mais uma vez, a informação não lhes foi transmitida, porque quando estava na oposição os vereadores não tinham acesso aos processos e quando pediam informações não lhes eram dadas e, finalmente, conseguiram perceber o que é que se estava a passar. Depois de um último esforço feito junto do empreiteiro para que ele desse continuidade aos trabalhos e onde, passado mais de dois meses, ele apenas conseguiu realizar dois por cento da obra, iniciaram o processo para dar início à notificação do empreiteiro para a resolução do contrato, para que pudessem tomar a posse administrativa do mesmo e lançar novo concurso, e é isso que está em curso, cumprindo todos os prazos processuais.

É claro que queria que as coisas andassem mais rápido, mas também têm que reconhecer que já lhes aconteceu um pouco de tudo, até um ataque informático que os debilitou durante um espaço alargado de tempo. Conseguiram retomar o atendimento ao público, mas na parte operacional há mais de quatrocentas máquinas da Câmara Municipal que ficaram comprometidas, e há informação que ainda hoje estão a tentar resgatar. Por isso, quis saudar o empenho e o comprometimento do departamento jurídico e das suas funcionárias, mas também dos trabalhadores do DOSU que estiveram a avaliar a questão, já notificaram o empreiteiro, os prazos estão a decorrer e espera trazer uma decisão final em breve, depois de devidamente validada pelo jurídico, mediante a resposta que vier do empreiteiro sobre esta matéria.

É isto o que tem a responder sobre o centro de saúde, e espera que fique esclarecido de uma vez por todas, mas o que também espera que fique claro para todos é que o anterior executivo, estando na posse de todo o histórico e o contato que tiveram junto do empreiteiro na primeira pessoa, sabendo tudo o que se estava a passar, coisa que o atual executivo não teve, poderiam e tinham a obrigação de ter tomado esta decisão muito mais cedo, visando acautelar o interesse público da população. E é essa pergunta que todos deviam fazer, porque é que, neste caso, a CDU, o PCP, não tomaram esta decisão mais cedo, tendo na sua posse a informação que tinham, porque é que não a tomaram mais cedo, mas essa é uma pergunta que não lhes cabe responder.

Relativamente à estrada nacional da Baixa da Banheira, disse que ia junto dos serviços ver o que é que se está a passar.

No que diz respeito ao quartel da GNR, informou que reuniram com o anterior Secretário de Estado e estaria tudo encaminhado, entretanto, “os senhores mandaram o Governo abaixo” e agora vão reunir outra vez com o Secretário de Estado e tentar perceber em que ponto é que está a situação.

Aqui, e perante manifestações de riso vindas da bancada da CDU, disse que ouviu todos calmamente, não esboçou um sorriso, não teceu qualquer tipo de comentários, não fez apartes, pelo que pediu que o ouvissem com a mesma atenção e respeito com que os ouviu.

No que diz respeito à diminuição dos apoios da Câmara, em momento algum, referiu isso e no que diz respeito aos protocolos disse que iria passar a palavra, neste caso, ao vereador António Carlos Pereira, para que desse informação a esse respeito.

### **Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira**

Quanto à referência apresentada à delegação de competências na área da educação e a este acolhimento, a esta integração de mais de cerca de trezentos assistentes operacionais e cinquenta assistentes técnicos que estão a fazer, disse que, naturalmente, os processos são dinâmicos, não são estanques, há alterações em vários momentos ao necessitar que algumas portarias sejam aprovadas, mas este processamento de salários, esta formação profissional, estas integrações profissionais têm de ser monitorizadas, e estão a ser, têm o acompanhamento devido, estão a ser avaliadas por uma comissão de acompanhamento que tem os seis diretores dos agrupamentos de escola, tem um delegado regional, tem uma equipa técnica do município, portanto, é feito de acordo com esta estrutura, através desta comissão de acompanhamento que salvaguarda também, em todo o momento, que as pessoas sejam bem integradas, que prevaleçam os seus direitos, que junto dos responsáveis existentes pelos assistentes técnicos e pelos assistentes operacionais, tenham um bom enquadramento.

Portanto, aqui há uma transferência de competências, mas esta gestão também continua a ser muito delegada neste enquadramento e com os trabalhadores que estão nos seus postos, nas suas estruturas nos próprios agrupamentos, a salvaguardar que tudo possa decorrer da forma mais tranquila e serena possível nesse aspeto. Há ainda grupos de trabalho que estão a ser constituídos, grupos de trabalho da AML, da AMRS, da Associação Nacional de Municípios, que vão também dando aqui alguma orientação relativamente às componentes técnicas das equipas técnicas que fazem este trabalho, quer com os próprios eleitos que vão tomando e decidindo as melhores formas de proporcionar uma boa integração a estes novos trabalhadores.

Sabem que há um caminho a fazer, que não está a ser perfeito em algumas áreas, mas tudo estará a ser conduzido para que, num processo que é de proximidade, e essa é que é a questão, e se o problema está na proximidade também é resolvido na proximidade, com agilidade, com celeridade, com atenção, com cuidado, e é isso que estão a fazer com estes novos trabalhadores que, como disse, são um conjunto alargado de mais de trezentas pessoas que foram acolhidas e que têm aqui uma plataforma ao nível daquilo que eram já as suas estruturas nos agrupamentos e nestas equipas com quem contam, com estes responsáveis das secretarias, com estas pessoas que estão a fazer esta monitorização e que também vão dando os reportes sempre que vai sendo necessário.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Em resposta às questões colocadas pelo membro da Assembleia, ou deputado municipal, como assim entenderem, o senhor Bruno Mendes, relativamente às contraordenações, disse que, efetivamente, poderia vir descrito no relatório essa informação sobre os autos. Neste caso, a ação de fiscalização é da GNR e da PSP, não parte da iniciativa da Câmara Municipal, à Câmara Municipal compete as decisões e as decisões que, neste caso, versam sobre o período entre os meses de abril e junho, em que cento e vinte e dois autos foram arquivados por pagamento voluntário por parte das pessoas. Essa é a informação que pode dar, desde já, mas irá passar a sugestão para que, em futuros relatórios, passe a constar esta informação, até porque estes relatórios são processos evolutivos, e sendo esta área de atuação relativamente nova, ainda não houve, neste caso, a atualização dessa informação, mas pode muito bem começar a constar nos relatórios da atividade municipal, até a título informativo.

Respondendo ao senhor Rodrigo Pedro relativamente à sugestão que lhes deixou no que diz respeito à fatura da água, disse que ia junto dos serviços pedir que essa avaliação seja feita, e se os serviços forem favoráveis a essa alteração, da sua parte, e acredita que também da parte do executivo, não existirá qualquer questão relativamente a essa matéria.

Passando a uma questão que não contava que lhe colocassem tão cedo, no que diz respeito aos bombeiros, e pedindo, desde já, desculpa, mas para dar um enquadramento, deu nota sobre o comunicado do sindicato que, em muitas coisas, é muito parecido ao comunicado da célula dos trabalhadores do PCP ou da CDU na Câmara Municipal, as declarações são muito parecidas, disse que se consulta o telemóvel ou se, porventura, está ao telemóvel em alguns momentos é porque, como calcularão, não tem todas estas informações que aqui lhe colocam de cor, muitas vezes têm de recorrer aos diretores de departamento e chefes de divisão, socorrer-se junto deles e colocar-lhes as questões para que lhe façam chegar os dados para depois poder responder com a qualidade que, quer os munícipes, quer os senhores deputados municipais merecem, respeitando aquilo que é uma prática da democracia. As pessoas que colocam questões merecem que as respostas sejam o mais corretas possíveis e, nesse sentido, tem que colocar as questões a quem direito. Verifica que isso incomoda muitas pessoas, se calhar, porque estavam

habitadas a uma forma de trabalhar mais dilatada no tempo, em que colocavam a questão, esperavam duas semanas e depois, ao fim de duas semanas, três semanas, um mês ou dois lá vinha a resposta.

Pugnam por dar a resposta mais exata e o mais rápido possível, pelo que agradeceu, desde já, a todos os dirigentes desta casa por estarem disponíveis a estas horas para responder às questões que, neste caso, o próprio e os demais vereadores lhes colocam para que, condignamente, possam responder e, no que diz respeito aos bombeiros, foi uma dessas situações em que teve que, rapidamente, pedir o protocolo e um conjunto de informações associadas para que pudesse responder condignamente e dizer que, ao longo dos últimos anos, nomeadamente, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, existia uma grande diferença entre aquilo que estava protocolado, que era cento e sessenta mil euros e aquilo que, efetivamente, os bombeiros receberam, neste caso, por parte da autarquia.

Ao longo do tempo, além do protocolo, foram sempre recebendo verbas adicionais, no sentido de garantir a sua solvabilidade económica e que se mantinham à tona, sendo certo que, agora que tomaram posse, rapidamente lhes vieram dar nota da situação em que se encontram, e que vai apelidar de sensível, que lhes merece toda a atenção, todo o cuidado, todo o acompanhamento, porque os bombeiros são uma entidade essencial ao concelho da Moita, que presta um serviço inexcusável à população e importantíssimo, que garante a sua segurança e o seu bem-estar, e é nesse sentido que, após receber informações que o deixaram muito, mas muito, muito preocupado, relativas à situação financeira dos bombeiros que agora foi revelada pela nova direção, rapidamente tomaram um conjunto de diligências junto de diversas entidades e junto dos serviços da Câmara, no sentido de encontrar os meios dentro do seio da Câmara Municipal para fazer face às necessidades financeiras dos bombeiros, mas também quis dizer que as pessoas deverão refletir bem sobre a forma como alguns geriram aquela entidade, e alguns sabem, exatamente, quem são.

Por isso conta, a breve prazo, trazer aqui uma proposta que não prevê aquilo que, normalmente, se costumava fazer, que era virem aqui “bater à porta” e pedir mais um cheque, mais um apoio, mas sim um apoio efetivo, um apoio transparente, um apoio para que os bombeiros ganhem autonomia e capacidade de intervenção para que possam prestar um serviço de qualidade a toda a população. Isso é o que se propõem trazer, mas, acima de tudo, um protocolo que traga mais valor para a população e também traga mais valor para o município da Moita, dado o enorme esforço que pretendem fazer para apoiar esta importante organização.

Em seguida agradeceu ao senhor Artur Varandas os reparos e os agradecimentos que fez, e acredita que quando se fazem aqui agradecimentos à Câmara, não é ao Presidente, é aos trabalhadores desta casa e, neste caso, agradeceu a uma pessoa que tem prestado um serviço muito valoroso a este município, e continua todos os dias a trabalhar para lhes resolver problemas, problemas esses que já estavam cá na Câmara há muito tempo e que, de uma forma cuidadosa, neste momento, tem liberdade para desenvolver todo o seu trabalho em todas as suas vertentes, está a conseguir encontrar soluções para que, por exemplo, de uma vez por todas, esperam, a pessoa que mora ali junto ao Tribunal da Moita possa, brevemente, ter uma licença de habitação, porque a forma como o processo decorreu na Câmara fez com que depois não lhe fosse permitido registar a casa junto das finanças ou da conservatória e, neste momento, não lhe é possível ter a licença de habitação, com todos os constrangimentos que isso traz para a sua vida, mas estão a tentar resolver essa matéria.

O processo já estava todo pronto, mas quando sofreram um ataque informático, o computador do senhor Constantino foi um dos que foi completamente afetado, e ele teve que refazer todo o trabalho, de acordo com o próprio até aproveitando algum do seu tempo livre, porque assim o quis, , de forma voluntária, e só lhe devem agradecer por isso, e empenhou-se em, rapidamente, dar andamento a este processo, porque, para ele, o serviço público e o interesse dos cidadãos está acima de tudo, pelo que, também quis aqui expressar o seu agradecimento público face ao empenho que ele demonstrou sobre esta matéria.

Passando à questão colocada pelo senhor João Faim, quando se referiu às declarações que proferiu relativamente à advogada do município, disse que, certamente, teria sido mais correto da sua parte se, em vez de ter referido a advogada, tivesse referido o departamento jurídico porque, na realidade, não foi uma avença, foram duas avenças que substituíram por uma e que lhes permitiu uma grande redução. Aqui não está em causa o trabalho de alguém em particular, está em causa a reorganização de todo um serviço, serviço esse que agora, neste momento, está a trabalhar de uma forma muito mais expedita, muito mais capaz, segundo a sua avaliação política, que é essa que lhes cabe fazer, e isso vê-se pelo trabalho que veem diariamente em propostas que trazem a esta Câmara Municipal.

Propostas como aquela que trouxeram para ratificar um ato praticado por anteriores executivos, nesse caso, pelo Presidente da Câmara, em matérias em que não tinha a delegação de competências por parte

da Câmara para proceder a determinados licenciamentos ou, no caso, para pagar as faturas do bacalhau, em que os juristas emitiram parecer e, subsequentemente, houve um parecer da CCDD e, na altura da submissão da proposta em sede de reunião da Câmara Municipal, os antigos dirigentes e, neste caso, os antigos responsáveis políticos que aqui estavam, optaram por se levantar demonstrando bem a atitude democrática que têm relativamente a estas matérias e com o facto de estarem, ao dia de hoje, a resolver muitas das coisas que aqui lhes deixaram, coisas essas que lhes consomem muito, muito, muito tempo.

Mas, também sobre isso, e aproveitando esta oportunidade para falar das questões que aqui se colocam sempre sobre as avenças, as avenças, as avenças, que é um tema recorrente e é dito, uma e outra vez, que gastam muito dinheiro com avenças, disse que em dois mil e vinte e um, em janeiro, a Câmara Municipal gastava cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta e oito euros em avenças, em dois mil e vinte e dois gastava cinquenta e dois mil novecentos e trinta e cinco euros em avenças, menos, muito menos. Em fevereiro de dois mil e vinte e um gastava cinquenta e seis mil cento e setenta e nove euros em avenças, em fevereiro de dois mil e vinte e dois, neste caso, em período homólogo, gastava cinquenta mil setecentos e oitenta e sete euros em avenças. Em março de dois mil e vinte e um gastava sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e oito euros em avenças, em dois mil e vinte e dois, período homólogo, gastava cinquenta e seis mil trezentos e sessenta e sete euros em avenças, menos. Em abril de dois mil e vinte e um gastava cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta e um euros em avenças, em abril de dois mil e vinte e dois a gestão socialista gastava cinquenta e seis mil cento e dezoito euros em avenças, menos, e podiam continuar. Estão em julho e poderiam continuar por aí adiante, sempre com esta tônica. Sempre, sempre com esta tônica.

O que é certo, e pode já dar para que fique como indicativo, é que em julho do ano passado era sessenta e cinco mil cento e dez euros em avenças, em dois mil e vinte e dois é sessenta e dois mil cento e setenta euros em avenças, de acordo com o que está previsto para o mês corrente. Por isso, quando se diz que o Partido Socialista gasta em avenças, avenças e avenças, os dados são como o algodão, não enganam, e está aqui bem plasmado o que é que os senhores da CDU gastavam em avenças e aquilo que o PS gasta em avenças, e que fique claro que gastam muito menos em avenças. Isto são dados factuais, são dados financeiros que tem à sua frente e que facilmente podem ser validados. Não estão a inventar nada, mas o que pedia era, uma vez que existem muitos mecanismos legais, muitas formulações para pedir informação, se quisessem informação para além daquela que prestou aqui, que depois consultassem e verificassem no relatório contas e outros documentos de gestão.

Passando para as questões do senhor Luís Morgado que disse, e bem, que o Partido Socialista quando estava na oposição salientava um conjunto alargado de debilidades no concelho, e a prova que isto estava mesmo muito, muito complicado é aquilo com o qual se defrontam diariamente. É a falta de pessoal por pessoas que se reformaram e cujo procedimento para contratação de novas pessoas não existia, não estava feito, e pelas licenças sem vencimento, cujas ausências também não estavam acauteladas por contratação de novas pessoas. Essas são as dificuldades que encontraram.

Associado a essa falta enorme de pessoal nos serviços, e de acordo com o que lhes é dito por todos os serviços operacionais da Câmara, a Câmara também retomou toda a sua atividade, toda, desde a fiscalização das esplanadas, porque agora acabou a isenção das esplanadas, e ainda bem porque é sinal que já não estão em pandemia, e retomou outra atividade fiscalizadora, os mercados já estão a trabalhar em pleno, já têm as atividades culturais a funcionar em pleno, o que faz com que os trabalhadores sejam requisitados para múltiplas atividades, nomeadamente, também no apoio às juntas, como disse aqui a Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que fez questão de aqui assinalar a parceria que teve com os trabalhadores, neste caso, para a realização de uma atividade cultural na sua freguesia, mas o mesmo sucede quando são atividades em Alhos Vedros, Gaio-Rosário, Sarilhos Pequenos, Moita, e essas situações necessitam de muitos trabalhadores, e os trabalhadores que têm não conseguem chegar a todo o lado e precisam de muito mais. Não conseguem chegar a todo o lado.

É dito aqui, e bem, que a Câmara Municipal contratou novos trabalhadores e não foi necessário lançar novo concurso. Tentaram a forma mais rápida e mais expedita para, neste caso, terem mais trabalhadores a trabalhar e a prestar serviços no concelho e por isso é que, junto com a segurança social, tiveram o contrato de emprego apoiado, contrato esse que permite a integração de novas pessoas no mercado de trabalho, proporcionando que voltem à vida ativa no trabalho e, ao mesmo tempo, a Câmara tem um recurso essencial, porque não conseguem fazer nada sem trabalhadores. Mas isso também foi um trabalho árduo deste executivo e, neste caso, da doutora Inácia Patinha, juntamente com o vereador António Carlos Pereira, que tinha o pelouro na altura e agora, mais recentemente, com a vereadora Anabela Rosa, e graças ao esforço destas pessoas conseguiram fazer três procedimentos que permitiram que viessem trabalhar para a Câmara mais trinta pessoas, trinta pessoas essas que dão apoio a diversas áreas

da Câmara Municipal da Moita, seja para as áreas verdes, seja para cabouqueiros, entre outras atividades que a Câmara Municipal faz. Se isso permite responder a todas as necessidades que o município tem, não, não permite porque ainda muito falta fazer.

Em relação a outra coisa que o senhor Luís Morgado disse, e bem, sobre as ervas que vê, disse que os herbicidas são coisas que se compram todos, todos os anos. É a coisa mais simples do mundo. Os herbicidas compram-se todos os anos e, a exemplo de outros anos, estava prevista no orçamento a verba para comprar esses herbicidas. Os serviços e os técnicos, neste caso, sabem que têm que proceder à compra desse produto para que se possa aplicar, e estranho é que este ano, uma coisa que era recorrente, normal, banal, parece ter encajado, uma e outra vez, seja nos aprovisionamentos, seja noutras partes da Câmara. Processo esse que estranha que assim aconteça e que, num processo simples e corrente, tenha sido tão, tão difícil andar para a frente, mas foi para resolver essas e outras coisas estranhas dentro da Câmara Municipal que, finalmente, no final do mês passado, fizeram a reforma da orgânica, promovendo uma reforma profunda no funcionamento dos serviços, na designação de novos dirigentes, porque muitos dos dirigentes que estavam tinham sido ainda nomeados pelo executivo anterior, para, finalmente, ultrapassar essas e outras dificuldades que não percebem porque é que existem. Não querendo estar aqui a lançar falsos testemunhos, resta-lhe apenas dizer que fizeram a reforma da orgânica e agora, com esta nova formulação da orgânica, esperam que as pessoas que julgam certas nos sítios certos, consigam dar a resposta que aqueles que cá estavam, e que sabiam como é que isto funcionava, este ano não conseguiram, estranhamente não conseguiram, mas que também é fácil perceber quando vê certos e determinados comunicados e referências a células de determinados partidos no seio da Câmara.

Em resposta à questão que o senhor Eduardo Teixeira aqui colocou sobre os combustíveis disse que a fatura de energia é uma questão muito, muito importante, que muito os preocupa e preocupa desde o primeiro momento, não os preocupa agora, preocupa-os há muito tempo. Se vir o programa autárquico do PS e aquilo que afirmaram, aquilo que queriam, aquilo que desejam e o caminho por onde querem ir, preveem o incremento da independência face aos combustíveis fósseis. Infelizmente, e como sabem, o um dos últimos atos de gestão do executivo anterior foi contratualizar viaturas a gasolina para a Câmara Municipal da Moita quando, facilmente, poderia ter ido para veículos híbridos, veículos elétricos, a exemplo daquilo que foi feito na Câmara Municipal do Barreiro e na Câmara Municipal de Almada, por exemplo, e em outras câmaras municipais do país, quando havia apoios para aquisição de viaturas elétricas.

Aqui, a opção da Câmara Municipal da Moita nem foi para veículos a gasóleo, foi para a contratualização de veículos a gasolina. Veículos a gasolina. O que pode dizer ao senhor Eduardo Teixeira é que, no que depender do Presidente da Câmara Municipal da Moita, farão a transição para veículos elétricos ou para veículos híbridos assim que tenham oportunidade, o mais rapidamente possível, desde que isso não ponha em causa a quebra de contrato ou, neste caso, penalizações para a Câmara Municipal, porque se pudesse nem tinha recebido aqueles carros. Não tinha feito aquele contrato e tinha ido para outro tipo de viaturas mais amigas do ambiente, mas esse foi o legado que lhes deixaram. Foi o legado que o partido do senhor Eduardo Teixeira lhes deixou, e é esse o legado com o qual vão ter que conviver, e tentar que o jurídico da Câmara, e em tempo oportuno, encontre uma solução ótima para que possam, se possível, antecipar essa transição.

Sobre essa matéria, disse que também está acautelada e ajustados esses valores no orçamento para que, em momento algum, os carros deixem de circular por falta de combustível, que os funcionários deixem de cortar as ervas por falta de combustível, e estão a acautelar todas essas questões.

No que diz respeito ao Gaio-Rosário disse que ia tomar em boa nota aquilo que aqui disse e, mais uma vez, submeter aos serviços para que procedam à avaliação técnica e para que lhes façam chegar, se assim o entenderem, uma ou mais propostas face à situação que aqui relata, para que depois possam decidir em função daquilo que lhes for dito.

Como ressalva, voltando atrás, disse que, de agora em diante, sempre que possível, esta Câmara irá adquirir ou veículos elétricos ou veículos híbridos. Não querem mais carros a combustível fóssil, a menos que assim sejam obrigados por alguma questão relacionado com um equipamento que só permita aquele tipo de combustível. E até a Soflusa, em breve, vai ter barcos elétricos, pelo que o caminho anda nessa direção.

Em seguida, passou a palavra à Vice-presidente Sara Silva para responder às questões colocadas pelo senhor Miguel Póvoas.

### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Começou por dizer que queria, desde já, deixar aqui esclarecida, de uma vez por todas, a polémica com a festa da M80, que muita confusão faz a muita gente. A festa da M80 que, felizmente, aconteceu no sábado, e ainda bem que aconteceu, porque foi um sucesso, simplesmente faz parte da atividade normal da Câmara a nível cultural, assim como fazem parte outros concertos que aí virão, outra atividade cultural ao nível do teatro, da dança, da música que vem por aí, e têm uma atividade, felizmente, em que de janeiro a dezembro o calendário está completo, que em muito os orgulha. Esta festa da M80 que aqui foi referida, e bem, custou vinte e quatro mil e seiscentos euros mais IVA, equiparado àquilo que aconteceu também no ano passado, por exemplo, e que também fazia parte da atividade cultural da Câmara, com o concerto dos Xutos & Pontapés, que custou quarenta e seis mil euros e que também fazia parte da atividade normal da Câmara. É uma coisa normal. Isto é uma coisa normal, portanto, fazendo comparações é isto.

Felizmente, a festa da M80 fez a promoção e contribuiu para a promoção do município, contribuiu para recuperar o convívio social entre as pessoas e também foi uma grande aposta no comércio local. E, apenas para conhecimento, disse que às oito da noite os parques de estacionamento estavam cheios, os restaurantes estavam apinhados de gente, não tiveram tão pouca capacidade de resposta ao nível da restauração tal o número de visitantes que veio até à Moita, e ainda bem, porque como alguém já disse, felizmente, a Moita está na moda. E quis também dar nota que o procedimento de contratação desta festa da M80 foi feito antes da atuação, conforme aquilo que é exigido pela contratação pública, e já está paga, não deixaram para ninguém pagar. Já fizeram o pagamento.

Pelo feedback que tiveram da população e aquilo que ouviram das pessoas e da felicidade que deu para perceber na cara das pessoas, e para quem ainda tenha dúvidas, foi uma aposta ganha. Este conceito inovador que trouxeram à Moita, de facto, foi uma aposta ganha. Não há dinheiro que pague a felicidade que trouxeram às pessoas, que trouxeram ao comércio local, a dinamização que fizeram ao comércio local e aquilo que promoveram o município, portanto, neste aspeto, o executivo da Câmara Municipal está tranquilo.

Depois também quis dizer que aquela zona que muito causa confusão, aquela zona VIP que ali estava, não teve custos para o município, foi uma oferta da organização. Foi uma oferta da M80, assim como aconteceu em dois mil e catorze, se bem se lembram, em que as festas da Moita também tiveram uma zona VIP, portanto, não inovaram em nada nesse aspeto. Para quem não se lembra, e a própria lembra-se perfeitamente, também houve uma zona VIP e, possivelmente, também não trouxe custos para o município, assim como esta não trouxe. Mas isto também não quer dizer, como ouviu na primeira reunião desta sessão, que descuram aquilo que são os investimentos e a responsabilidade da Câmara.

O facto de pagarem o que pagaram por uma festa da M80, que foi uma aposta do executivo e foi uma aposta ganha, decididamente, não os faz descurar aquilo que são os investimentos e a responsabilidade da Câmara, e também aí tiveram uma atividade em maio, salvo erro, que foi a Feira da Empregabilidade, onde proporcionaram a quem estava desempregado no concelho ter também ali uma possibilidade de emprego, e isso também é uma aposta que fazem nos munícipes, portanto, com isto, apenas quer dar a entender que sabem até que ponto é a sua responsabilidade e fazem questão em assumi-la.

Depois, e em termos gerais, porque é já uma repetição que vem tendo nas assembleias, e que, de facto, é um problema que têm, disse que estão a resolver e, felizmente, como aqui já foi referido, já estão a intervir nos parques, na questão das ervas, na recolha dos lixos, que ainda muita dor de cabeça lhes dá, mas para isso, e como já disse na última assembleia, também fizeram uma prestação de serviços, atenção, não é privatização dos serviços, é uma prestação de serviços. Nada que já não tivesse sido feito em executivos anteriores e que também fizeram, que é da sua responsabilidade e que também revela os investimentos que têm que fazer, e bem, e têm essa noção. Por exemplo, a aquisição de contentores para a recolha do lixo era feita para um ano, mas querem fazer uma aquisição para mais do que um ano, portanto, para além de sair mais barato, acha que é lógico ficarem com alguma coisa em stock.

Depois também fizeram a reabilitação do sistema de proteção atmosférica do reservatório do Gaio-Rosário, a recolha de resíduos específicos dos monos, que também está para sair, ainda nesta segunda quinzena, a prestação de serviços que lhes vai permitir dar uma resposta mais atempada àquilo que é a recolha do lixo, a limpeza e a higiene urbana, e fizeram também a aquisição, cujo prazo para a apresentação dos documentos de habilitação está a terminar, de quatro aspiradores de limpeza urbana. Para a limpeza e desinfeção dos reservatórios está a decorrer, até amanhã, a apresentação de propostas, assim como para a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, e vão também estender a recolha de bio resíduos nas cantinas escolares, que está a aguardar a assinatura do contrato. Em audiência prévia têm a aquisição de um destróçador de limpa bermas, que também tanta falta lhes faz para a desmatção,

a execução da vedação da estação elevatória de esgotos da Brejoeira, a segurança dos edifícios, a manutenção das viaturas pesadas Volvo, o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e também o corte de vegetação, portanto, são todos estes serviços que não descuraram, ao contrário daquilo que possam pensar algumas pessoas, têm perfeita noção da sua responsabilidade enquanto executivo à frente desta autarquia e também quis dar essa tranquilidade.

Pensa que respondeu àquilo que o senhor Miguel Póvoas tinha colocado, ou seja, estão também atentos a esse serviço e, com certeza, vai avançar, a partir deste mês de julho e já estão a começar com os recursos da Câmara, mas a grande ajuda virá, de facto, a partir do meio de julho, da segunda quinzena e, em relação à questão do senhor Eduardo Teixeira, disse que este aumento de combustíveis está contemplado na última alteração do orçamento, sensivelmente, na ordem de dois mil e quinhentos a três mil euros por mês, já para, face a este aumento, acautelarem esta questão do aumento dos combustíveis.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Apenas para concluir, e não se querendo sobrepor àquilo que foi bem explanado pela senhora vereadora Sara Silva, quis destacar aqui duas intervenções. Uma, que é o destroçador de cepos, porque todos sabem e todos, certamente, se recordarão e podem testemunhar na via pública que, quando uma árvore está doente e é abatida, fica o cepo e nunca mais nada é plantado em cima daquele cepo. E aquele cepo, por norma, não é retirado, fica lá e fica a dar mau aspeto, impossibilitando a colocação de uma nova árvore. Constatando esta situação, e querendo capacitar os serviços, porque a aposta é clara, é nos trabalhadores, na capacitação dos trabalhadores, seja ao nível do incremento da formação, este executivo, rapidamente, tomou a decisão de solicitar, neste caso, ao chefe de divisão que visse junto do mercado uma solução para retirar os cepos, sem partir ou com o mínimo dano possível à calçada. Conseguiram, rapidamente, remover os cepos das palmeiras no parque José Afonso, com recursos exclusivos da Câmara Municipal, aposta essa que também fizeram na intervenção no ringue da Baixa da Banheira, onde colocaram juntas de dilatação, resolvendo o problema de dilatação que existia, visto serem dois materiais, partindo sempre os muretes daqueles ringues, o que obrigava a intervenções periódicas para resolver aquela patologia, porque decidiram resolver aquele problema de uma vez por todas.

E acredita que é mesmo a aposta nos trabalhadores, trabalhadores esses que também fizeram o parque de estacionamento ao lado da Câmara, quer desde a rede de esgotos, que continuava a ir para o rio, porque a rede de esgotos dos bares continuava a ir para o rio, quer desde a rede, neste caso, de rega das novas árvores e das caldeiras das novas árvores que colocaram, que incomoda muita gente porque, antigamente, havia todo um conjunto de pessoas que vinha aqui e que lhe eram adjudicados trabalhos, atualmente, a Câmara Municipal aposta nos trabalhadores desta casa. São os trabalhadores desta casa que fazem esses trabalhos e é isso que incomoda. O que incomoda é os trabalhos desta casa estarem a ser feitos, sempre que possível, pelos trabalhadores desta autarquia.

O que incomoda a todos é o CROAE, que estava previsto custar um milhão e duzentos mil euros e que, para fazer metade, era seiscentos e cinquenta mil euros, atualmente, custará, assim acreditam, menos de setecentos mil euros fazer a sua totalidade, e é esta diferença de valor, neste dinheiro que era gasto e que ia para alguns, mas que não servia os interesses do município da Moita, que acredita ser o que está a incomodar muita gente e, naquilo que depender do executivo, irão continuar a zelar pelo bom uso dos dinheiros públicos e, sempre que possível, apostar, uma e outra vez, nos trabalhadores, na qualificação dos trabalhadores, seja ao nível de os dotar de meios, seja ao nível daquilo que também é necessário, a sua formação.

Em seguida, pediu permissão ao senhor Presidente da Assembleia para o vereador António Carlos Pereira intervir, para responder a uma questão que lhe pareceu pertinente.

### **Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira**

Relativamente àquilo que é o reforço das equipas, e a esta necessidade que estão a identificar na parte da manutenção e da desmatação dos espaços verdes, em que o senhor Presidente referiu que tinham trinta pessoas perspectivadas para serem integradas dentro em breve, disse que essas se vão juntar a mais outras treze que já estão em processo de seleção e integração, portanto, num total de quarenta e três pessoas que vêm no âmbito de uma medida muito específica, que é o mercado social de emprego, que existe e é uma parceria que está a ser feita com o IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, a partir do serviço local do Centro de Emprego Sul do Tejo, e nesta parceria, nesta proposta de mercado desta medida social de emprego, é entendido que, sendo uma possibilidade, é por aqui que vão, no mais



curto prazo e dentro da brevidade possível, ter doze cantoneiros, vinte jardineiros, e um outro projeto com cerca de mais onze pessoas, com quatro cabouqueiros, um pedreiro, um pintor, dois carpinteiros e três operacionais de serviços gerais.

Esta é uma medida que, para o executivo, também atende àquilo que são estes públicos específicos que vêm neste âmbito destas medidas de emprego, públicos considerados mais vulneráveis, desempregados de longa duração e desempregados de longuíssima duração, que beneficiam de apoios sociais, que têm apoio das equipas de acompanhamento social, portanto, tem também aqui esta perspetiva, como o senhor Presidente disse, do apoio desta metodologia, também de um suporte para estes projetos de vida destas pessoas que vêm para o município ter a sua oportunidade de emprego, e que vão ter aqui uma perspetiva de poder obter prática profissional, porque este é um programa que tem uma duração, uma temporalidade definida no tempo, que não perspetiva uma integração plena no final da formação.

Mas é a isso que também estão a atentar, que estes sejam processos possam ser uma oportunidade para estas pessoas, nomeadamente, para que possam, por esta via, melhorar as suas habilitações por processos paralelos, processos de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para anos de escolaridade e, no âmbito de uma medida específica, com contratos de inserção, com planos de ajuda, com equipas de acompanhamento, com a segurança social, com os serviços de apoio, com o gabinete de intervenção social do município, para que as pessoas possam, no final, na perspetiva de ter este trabalho, ter condições para poder, num processo concursal, vir a ter um outro tipo de relação contratual com o município, porque há essa necessidade e é nisso que estão a tentar já investir, seja nestes processos desta medida social de emprego, seja até por outras ações formativas.

Conforme aquilo que está a ser falado com a diretora do Centro de Emprego, eventualmente, também poderão acolher formandos na área da jardinagem e outros, porque têm condições, têm viveiros, e também aqui investir nestas pessoas e valorizar estas pessoas que aqui vivem e que podem ter aqui uma oportunidade de prestar um serviço no município e de o município receber esses serviços destas pessoas.

Aproveitou ainda a oportunidade para, no âmbito do que o seu camarada Daniel Justo referiu relativamente àquilo que tem sido dito, em que ora é o centro de saúde, ora são as ervas, dizer que acha que agora também está a ser colocada a questão do associativismo. Foi no dia trinta, hoje é o associativismo, dizem aqui que é queixa comum às várias associações e clubes do concelho a falta de apoios que a Câmara tem prestado, que são processos burocráticos, que são tremendos, com imensas queixas, pelo que, reportando-se só àquilo que está contido neste relatório, disse que nestes dois últimos meses em análise e em referência, foram apoiadas cerca de quarenta associações e têm um apoio financeiro, e é esse que está traduzido, com cerca de cem mil euros. Naturalmente, querem mais, apoiar mais e ajudar naquilo que são as necessidades, e se os processos são burocráticos é porque, quando o executivo tomou posse, recebeu logo um conjunto de entidades e todas elas vinham com denominador comum, todas elas estavam a passar por imensas dificuldades, muitas delas com insolvências, algumas delas com comissões de gestão, outras com dívidas e com problemas de tesouraria, fragilidades económicas várias, portanto, todas elas mereciam ter, e tiveram, um processo com a Câmara que foi o mais transparente possível.

Todas elas foram informadas em janeiro, a partir de uma circular, porque, naturalmente, tinham que conhecer muito bem qual era a situação de cada uma, porque não conhecem, e é um conjunto alargado de associações, o que já referiu noutros momentos e em outros eventos que têm com os agentes associativos, e ainda bem, e todas elas estão em igualdade de processos, com conhecimento das suas situações, aquilo que fizeram e aquilo que não fizeram, mas que tem que ser tido em atenção, até para planos de ajuda e planos de recuperação. Portanto, foi pedido, sim, foi um processo, foi natural, tiveram que ser solicitados alguns elementos, até porque estão a apoiar com dinheiros públicos, logo, têm de ser muito criteriosos e muito responsáveis naquilo que são as atribuições.

Há um programa municipal de apoio ao associativismo que tem que ser cumprido, e é por esse aspeto que pediram planos de atividades, que pediram relatórios de atividades, que pediram balanços, que pediram tomadas de posse, que pediram estatutos. Pediram isso tudo para conhecer, porque tiveram que conhecer. Não conheciam e tiveram que conhecer. Conheciam algumas, outras não, porque o grupo é, realmente, considerável, e todas elas mereceram estar num processo de equidade de justiça perante aquilo que são os apoios, porque estes apoios que aqui são prestados, e reportando-se ainda à intervenção de uma presidente de uma entidade no dia trinta, que veio dizer que achava estranho que o apoio que a Junta prestava era o dobro daquilo que o município estava a atribuir, mas foi fazer uma comparação e verificou que, nos últimos três anos, esta mesma entidade que veio apresentar aquela sua exposição, recebeu mais vinte e cinco por cento este ano da Câmara Municipal do que recebeu nos outros anos todos, pelo que fez

um apelo, a todos os políticos da Moita, para que não fizessem uma política errada contra esta entidade que se fez representar.

Chamou a atenção relativamente a esta narrativa dos apoios, que faltam apoios, que é burocrático, que não têm, e apresentem-lhes quais são porque, no dia trinta e um de maio, estiveram no dia das coletividades na União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que tem cerca de quarenta coletividades, e estavam lá muitas coletividades, o próprio contou cerca de 30 bandeiras, e estiveram num ato cordial com todas, falaram com todas e, neste domingo, estiveram com cerca de dezasseis associações e coletividades que tiveram no evento que foi o Arraial da Vila, em que até aproveitaram e fizeram ali momentos de trabalho, momentos em que, logo ali, aproveitaram para resolver situações que estavam pendentes, e resolveram, e no dia um o executivo esteve no Dia das Coletividades em Alhos Vedros.

Se há alguma situação pendente é natural, porque há algumas associações que têm mais dificuldade pelo seu próprio cariz, por aquilo que apresentam, por aquilo que é a sua atividade, num regime de muito voluntariado dos seus corpos dirigentes, já com alguma idade, mas até têm, quase, um telefone só para estas coletividades, como também o Gabinete do Associativismo Cívico e da Coesão Territorial, em que o telefone está sempre disponível para apoiar estas entidades e estes dirigentes. Portanto, pediu, assim como lhe pediram a si os dados relativamente àquilo que foram os apoios em anos anteriores, que lhes fizessem chegar de quem são essas insatisfações, de quem são essas queixas, para poderem ajudar essas entidades, porque também não querem mais vulnerabilidade e mais fragilidade nos agentes associativos, mas têm que saber quem são, porque se há essa insatisfação, uma vez que estiveram juntos, como disse, nestes vários momentos, todas as semanas, todos os fins de semana estão em aniversários e em eventos nas diferentes freguesias, não lhes foi transmitida.

Sinceramente, todos os dirigentes sabem onde é o espaço onde está o vereador do pelouro do associativismo, portanto, não tem essa pressão, mas, se calhar, está-lhe a faltar alguma coisa, daí que solicite essa informação, assim como também passou os dados que lhe foram pedidos relativamente àquilo que tinham sido os apoios nos anos anteriores, e que, na altura, ainda conseguiram passar, mas que agora, privados que ficaram de outra informação, seria mais difícil.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Pediu permissão ao senhor Presidente da Assembleia para a vereadora Anabela Rosa fazer uso da palavra e também esclarecer os senhores deputados municipais relativamente a algumas questões que aqui foram colocadas.

#### **Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa**

Disse que a reunião já ia longa, mas não queria deixar de prestar um esclarecimento a uma área que também foi questionada, os recursos humanos, relativamente aos procedimentos concursais, e dizer que os procedimentos concursais que estão abertos e a ser tramitados na Câmara, neste momento, correspondem a procedimentos que herdaram no âmbito da transferência de competências na área da educação e, relativamente aos dois procedimentos concursais que foram aprovados em reunião de Câmara, que contam que os mesmos possam ser abertos o mais breve possível.

Quis também dar uma nota relativamente ao mapa de pessoal, que está praticamente concluído e elaborado já de acordo com a nova orgânica que entrou em vigor há pouco tempo, em que conseguiram preparar um novo mapa pessoal de acordo com as necessidades de cada departamento, de cada divisão, que contempla todo um conjunto de trabalhadores que vão ser necessários para o serviço que, entretanto, vão tentar concretizar da melhor forma, consoante os seus recursos e consoante as necessidades.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Deu por concluída a explanação do executivo às questões colocadas.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perante novos pedidos de intervenção, passou a palavra aos deputados municipais inscritos.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Começou por dizer que, como devem ter reparado, mais uma vez, o senhor Presidente não respondeu à pergunta que tem estado a fazer desde o dia em que discutiram aqui o IMI, quando o senhor Presidente disse que tinha dados que indicavam qual era o impacto que o IMI familiar ia ter no orçamento municipal e que os forneceria a esta Assembleia. Até hoje nunca os forneceu, nem nunca respondeu às perguntas que, repetidamente, tem feito nesta Assembleia, portanto, este é só um dos dados que o senhor Presidente não responde e depois tem outro problema ainda, é que não só não responde como faz um conjunto de afirmações, algumas delas que acha que até não lhe ficam bem, não lhe ficam bem.

Em relação ao centro de saúde, o senhor Presidente, que foi vereador no mandato passado, portanto, esteve presente nas reuniões de Câmara onde eram apresentados os autos de medição. O senhor Presidente sabe, de certeza absoluta, que o acompanhamento da obra foi feito também pelo Ministério da Saúde. E também sabe, porque estava presente na sessão da Assembleia Municipal que ocorreu, se não se engana, em junho do ano passado, em que, na altura, o Presidente Rui Garcia, explicou por que motivo é que a Câmara não tomou posse da obra mais cedo, e lembrou que o que então disse foi que foram dadas todas as oportunidades ao empreiteiro para acabar a obra, sabendo que ele estava com dificuldades, porque se ele acabasse a obra resolvia dois problemas. Um deles era conseguir fazer a obra num prazo mais curto do que aquele que será necessário se lançarem novo concurso, o segundo é que, lançando um novo concurso, com o disparate de preços que está aí nas obras, vai ficar mais caro e vai, de certeza, significar mais encargos para o município.

Foi isto que foi dito, bem como foi dito que o procedimento estava todo pronto para que, nos meses seguintes, a Câmara tomasse conta da obra e pudesse lançar novo concurso. Provavelmente, o senhor Presidente não ouviu, não tomou atenção, mas isto está em ata, está em várias atas de reuniões em que o senhor Presidente participou.

Fez, inclusivamente, aqui afirmações sobre os bombeiros que, mais uma vez, não lhe ficam bem, porque é a própria liga dos bombeiros que diz que os bombeiros têm um subfinanciamento crónico por parte do Governo.

Neste momento, e perante uma manifestação de deputados municipais (sem recurso a microfone) por considerarem que não faz sentido estar a abordar a questão dos bombeiros, uma vez que nem pertence aos bombeiros, disse que estava a falar acerca daquilo que se passa nesta Assembleia, e que podem não gostar, mas, se calhar, é “bar aberto”. Se calhar é “bar aberto”.

Para terminar, reiterou que acha que fica mal pôr em causa uma administração de uma corporação de bombeiros em situações como esta que se passaram nos últimos tempos.

### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

Dirigindo-se ao senhor Presidente, pediu-lhe um pouco mais de paciência, mas agradecia que os valores que mencionou na sua anterior intervenção constassem em documentos futuros, a bem, como o senhor Presidente mencionou, da transparência. E, também a bem da mencionada transparência, voltou a questionar o valor apurado nos autos de contraordenação que mencionou, cerca de cento e vinte e dois, e qual o destino desse valor, recordando que setenta por cento desse valor é para o município.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que deu entrada na Mesa um requerimento da bancada do CDU, e perante a manifestação por parte do deputado municipal João Faim da CDU (sem recurso a microfone) por também se ter inscrito e não lhe ter sido dada a palavra, disse que na Mesa não viram e estavam terminadas as intervenções.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)**

Alertou para o facto do senhor Presidente não ter respondido a nenhuma das suas perguntas.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Respondeu que, uma vez que a noite já ia longa, para a próxima poderia “voltar à carga” e em seguida efetuou a leitura do requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU (conforme transcrição infra):

“A bancada da CDU, com fundamento no disposto na alínea b) do artigo 14º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, vem pela presente solicitar ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia que requeira ao Sr. Presidente da CM Moita, que forneça a documentação e informação referida em 5/07/2022 pelo Sr. Presidente da CMM sobre os valores pelo Senhor Presidente da Câmara sobre os valores gastos com avenças, relativamente aos anos de 2020, 2021 e até Maio/2022.

Dessa informação deverá constar a documentação referente às respetivas ordens de pagamento.

Com os melhores cumprimentos,

P<sup>l</sup>a bancada da CDU

João Faim”

Disse que, naturalmente, admitiu, e tem que admitir na Mesa os requerimentos e que, de acordo com o ponto 3 do artigo 35º do Regimento, uma vez admitidos são imediatamente votados sem discussão, pelo que submeteu o requerimento a votação.

Submetido o **requerimento** a votação, foi o mesmo **aprovado** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

No seguimento da aprovação por unanimidade, pediu à Câmara Municipal que essa informação não fosse só cedida à CDU, mas a todas as bancadas, naturalmente.

Neste momento, a bancada da CDU (sem recurso a microfone) questionou porque é que o outro requerimento que apresentaram não era também votado.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Pediu a palavra para explicar que, na Mesa, entenderam o outro requerimento como uma sugestão que aceitaram à partida, e não repararam nisso, mas agora, quando surgiu o requerimento, o senhor Presidente foi verificar e, na realidade, o Regimento diz que os requerimentos devem ser votados.

Não votaram o outro, fizeram mal, mas pensa que, para aquilo que era, não fazia sentido nenhum estarem agora a votá-lo.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Deu por terminada a ordem do dia e pediu à 2ª Secretária para efetuar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão. Eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia seis de julho de 2022.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.